

SUMÁRIO

BALA	ANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEN	MONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEN	MONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
	MONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	
DEN	IONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEN	IONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOT	TAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	
2.	BASE DE PREPARAÇÃO	
3.	PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	
4.	DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
6.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
7.	CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	
8.	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	
9.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
10.	DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	
11.	ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	
12.	INVESTIMENTOS	
13.	IMOBILIZADO	
14.	INTANGÍVEIS	
15.	FORNECEDORES	
16.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	43
17.		
18.	ENCARGOS REGULATÓRIOS	
19.	OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	
20.	PROVISÕES	
21.	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
22.		
23.		
24.	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	
25.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	64
26.		
27.		
28.	EVENTOS SUBSEQUENTES	81
DESI	EMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	82
DE: :	ATÁRIO CORRE A REVISÃO DE INFORMAÇÃES TRIBASSTRAIS. ITO	
KEL/	ATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	95



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Conso	lidado	Contro	ladora
	NOLA	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	845.622	403.339	831.286	366.169
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	409.912	520.963	352.843	397.734
Consumidores e Revendedores	7	868.358	850.487	753.441	763.187
Concessionários - Transporte de Energia	7	74.793	89.153	74.865	89.249
Tributos Compensáveis	8	103.086	30.840	101.455	30.064
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	160.752	138.435	160.752	138.435
Ativo Financeiro da Concessão	11	551.862	689.353	310.338	456.101
Adiantamento a Fornecedores		44.956	98.914	33.429	69.914
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		17.161	16.681	17.161	16.681
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	46.789	-	46.789	-
Outros Créditos		81.349	135.907	140.645	139.237
TOTAL DO CIRCULANTE		3.204.640	2.974.072	2.823.004	2.466.771
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	68.083	14.659	58.603	11.191
Consumidores e Revendedores	7	4.044	-	4.044	-
Tributos Compensáveis	8	6.005	8.272	6.005	8.272
Depósitos Vinculados a Litígios	10	340.821	309.994	340.821	309.994
Valores a receber de Partes Relacionadas	25	1.520.099	351.709	1.523.879	357.549
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		26.418	35.060	26.418	35.060
Adiantamento a Fornecedores		85.277	5.084	85.277	2.061
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	226.847	8.649	226.847	8.649
Outros Créditos		59.052	59.886	59.050	59.875
Ativo Financeiro da Concessão	11	5.037.402	6.024.377	2.882.019	3.920.494
Investimentos	12	4.609.463	4.723.336	7.034.289	7.209.862
Imobilizado	13	2.090.825	2.162.890	2.079.204	2.155.847
Intangíveis	14	30.747	32.640	30.747	32.640
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.105.083	13.736.556	14.357.203	14.111.494
TOTAL DO ATIVO		17.309.723	16.710.628	17.180.207	16.578.265



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Ninte	Conso	lidado	Controladora	
	Nota	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	336.860	153.991	336.860	153.991
Debêntures	17	1.256.973	1.453.430	1.257.305	1.456.365
Fornecedores	15	470.930	472.043	436.149	454.512
Imposto de Renda e Contribuição Social		78.145	99.832	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16	79.771	133.666	71.341	126.038
Encargos Regulatórios	18	122.119	151.532	117.815	149.698
Obrigações Pós-Emprego	19	56.466	52.395	56.466	52.395
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		364.230	564.230	364.230	564.230
Salários e Encargos Sociais		54.638	48.547	54.638	48.547
Adiantamento de Clientes	7	76.042	190.758	76.042	190.758
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	-	12.596	-	12.596
Outras Obrigações		37.574	59.230	36.705	54.734
TOTAL DO CIRCULANTE		2.933.748	3.392.250	2.807.551	3.263.864
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	5.948.633	3.977.975	5.948.633	3.977.975
Debêntures	17	1.826.579	2.734.767	1.826.579	2.734.767
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	359.450	416.446	359.420	416.305
Impostos, Taxas e Contribuições	16	4.052	3.830	4.052	3.830
Encargos Regulatórios	18	76.735	84.557	73.446	80.737
Obrigações Pós-Emprego	19	863.614	852.136	863.614	852.136
Provisões	20	107.025	96.310	107.025	96.294
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	20	107.025	28.515	107.023	28.515
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de			20.313		20.313
venda)	26	374.184	311.593	374.184	311.593
Outras Obrigações	20	16.634	18.417	16.634	18.417
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.576.906	8.524.546	9.573.587	8.520.569
TOTAL DO PASSIVO		12.510.654	11.916.796	12.381.138	11.784.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		2.600.000	1.837.710	2.600.000	1.837.710
Reservas de Lucros		2.040.310	2.702.600	2.040.310	2.702.600
Ajustes de Avaliação Patrimonial		122.674	153.522	122.674	153.522
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	100.000	-	100.000
Lucros Acumulados		36.085		36.085	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.799.069	4.793.832	4.799.069	4.793.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.309.723	16.710.628	17.180.207	16.578.265



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nicks	Consol	idado	Contro	ladora
	Nota	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
RECEITA	22	5.121.455	5.716.449	4.609.463	5.238.030
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	23	(+00.000)	(222 122)	(=)	(222.222)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(169.376)	(257.420)	(142.742)	(232.259)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.865.752)	(2.990.677)	(2.799.647)	(2.950.140)
		(3.035.128)	(3.248.097)	(2.942.389)	(3.182.399)
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(200.065)	(232.488)	(181.508)	(223.502)
Materiais		(32.169)	(6.713)	(30.651)	(5.414)
Serviços de Terceiros		(74.260)	(52.791)	(63.160)	(42.915)
Depreciação e Amortização		(105.255)	(117.520)	(105.117)	(117.470)
Provisões Operacionais, líquidas		(14.876)	(22.729)	(14.892)	(22.713)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(12.726)	(11.226)	(12.726)	(11.226)
Outros Custos Operacionais		(17.463)	(9.835)	(15.929)	(8.486)
		(456.814)	(453.302)	(423.983)	(431.726)
CUSTO TOTAL		(2.404.042)	(2.704.200)	(2.200.272)	(2.644.425)
CUSTO TOTAL		(3.491.942)	(3.701.399)	(3.366.372)	(3.614.125)
LUCRO BRUTO		1.629.513	2.015.050	1.243.091	1.623.905
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com vendas		(138)	(16.257)	(138)	(16.257)
Despesas Gerais e Administrativas		(78.991)	(131.841)	(78.991)	(131.841)
Outras Despesas Operacionais		(164.697)	(154.576)	(164.040)	(154.278)
Catias Pespesas Operasionals		(243.826)	(302.674)	(243.169)	(302.376)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(250.755)	(157.710)	48.738	151.127
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro					
e Impostos		1.134.932	1.554.666	1.048.660	1.472.656
Receitas Financeiras	24	459.349	120.579	444.356	98.474
Despesas Financeiras	24	(1.505.431)	(849.456)	(1.503.755)	(849.183)
•	24				
Resultado antes dos Impostos		88.850	825.789	(10.739)	721.947
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(140.609)	(209.620)	(40.909)	(105.173)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	56.996	(90.762)	56.885	(91.367)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.237	525.407	5.237	525.407
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	21	0,0018	0,1814	0,0018	0,1814



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Note	Consol	idado	Contro	ladora
	Nota	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
RECEITA	22	1.845.780	2.047.279	1.662.929	1.873.762
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(43.855)	(91.364)	(34.088)	(82.433)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.173.243)	(1.275.814)	(1.133.638)	(1.256.951)
		(1.217.098)	(1.367.178)	(1.167.726)	(1.339.384)
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(61.655)	(69.568)	(55.593)	(66.919)
Materiais		(27.692)	(2.446)	(27.001)	(1.913)
Serviços de Terceiros		(26.051)	(18.028)	(20.522)	(15.339)
Depreciação e Amortização		(34.967)	(34.288)	(34.917)	(34.267)
Provisões Operacionais, líquidas		(512)	(2.924)	(512)	(2.923)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(7.994)	(4.201)	(7.994)	(4.201)
Outros Custos (Reversões) Operacionais		(5.546)	3.085	(4.411)	3.350
		(164.417)	(128.370)	(150.950)	(122.212)
CUSTO TOTAL		(1.381.515)	(1.495.548)	(1.318.676)	(1.461.596)
LUCRO BRUTO		464.265	551.731	344.253	412.166
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com vendas (Reversões)	23	14	(16.257)	14	(16.257)
Despesas Gerais e Administrativas		(29.174)	(42.570)	(29.174)	(42.570)
Outras Despesas Operacionais		(86.528)	(58.787)	(86.310)	(58.699)
Outras Despesas Operacionais		(115.688)	(117.614)	(115.470)	(117.526)
		(113.088)	(117.014)	(113.470)	(117.320)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(110.343)	(172.177)	(17.876)	(65.361)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e					
Impostos		238.234	261.940	210.907	229.279
Receitas Financeiras	24	206.035	35.820	202.173	32.101
	24			(496.742)	
Despesas Financeiras	24	(496.845)	(231.334)		(231.177)
Resultado antes dos Impostos		(52.576)	66.426	(83.662)	30.203
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(72.117)	(37.199)	(40.909)	833
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	63.042	(34.372)	62.920	(36.181)
RESULTADO DO PERÍODO		(61.651)	(5.145)	(61.651)	(5.145)
Resultado Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	21	(0,0213)	(0,0018)	(0,0213)	(0,0018)



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Conso	lidado	Contro	ladora
	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.237	525.407	5.237	525.407
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para				
venda	_	(33.852)	-	(33.852)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	5.237	491.555	5.237	491.555

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora		
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17	
RESULTADO DO PERÍODO	(61.651)	(5.145)	(61.651)	(5.145)	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(61.651)	(5.145)	(61.651)	(5.145)	



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710		2.474.659	270.825		4.583.194
Lucro líquido do período	-	-	-	-	525.407	525.407
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada				4		
em conjunto				(33.852)		(33.852)
Resultado abrangente do período				(33.852)	525.407	491.555
Adiantamento para Futuro Aumento de						
Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado				(13.673)	13.673	
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.474.659	223.300	539.080	5.174.749
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	5.237	5.237
Resultado abrangente do período					5.237	5.237
0						
Aumento de Capital	762.290	(100.000)	(662.290)	-	-	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(30.848)	30.848	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBO DE 2018	2.600.000	-	2.040.310	122.674	36.085	4.799.069



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controla	dora	
	Nota	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período		5.237	525.407	5.237	525.407	
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:						
Depreciação e Amortização	23	109.445	122.951	109.307	122.901	
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Ativos financeiros da		24.000	0.013	24 004	0.013	
concessão	12	34.889	8.913	34.891	8.913	
Equivalência Patrimonial	12	250.755	157.710	(48.738)	(151.127)	
Juros, variações monetárias e atualização do ativo financeiro da concessão	17	75.265	344.599	324.198	585.408	
Variação Cambial	17	774.340	659	774.340	659	
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	9c	16.764	23.115	16.764	23.115	
Imposto de Renda e Contribuição Social	90	83.613	300.382	(15.976)	196.540	
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	22	-	(259.516)	-	(259.516	
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	23	15.468	38.986	15.484	38.970	
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	24	(322.847)	-	(322.847)		
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	26	62.591	67.965	62.591	67.965	
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia - Renova	25	(51.635)		(51.635)		
Obrigações Pós-Emprego	19	65.811	73.342	65.811	73.342	
Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT			29.951		29.952	
		1.119.696	1.434.464	969.427	1.262.528	
(Aumento) Redução de Ativos						
Consumidores e Revendedores		(22.053)	(105.740)	5.564	(67.895	
Tributos Compensáveis		(78.221)	5.747	(77.366)	6.206	
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(11.823)	(2.914)	(11.033)	(2.913	
Transporte de Energia		14.360	(59.928)	14.384	(60.029	
Depósitos vinculados a litígios		(21.978)	(2.840)	(21.978)	(2.840	
Dividendos Recebidos		92.230	110.541	397.571	522.362	
Ativos Financeiros da Concessão		1.645.708	153.992	1.459.751	(18.376)	
Adiantamento a Fornecedores		(69.387)	(99.232)	(93.087)	(68.387)	
Outros		7.566	108.268	9.543	116.334	
Outros		1.556.402	107.894	1.683.349	424.462	
Aumento (Redução) de Passivos						
Fornecedores		(1.113)	120.544	(18.363)	109.378	
Impostos, Taxas e Contribuições			(02 420)			
Imposto de Renda e Contribuição Social		(18.865)	(82.128)	(19.667)	(86.085	
		(18.865)	(10.598)	(19.667)		
Salários e Contribuições Sociais		(18.865) - 6.091		6.091	(5.029	
Salários e Contribuições Sociais Encargos Regulatórios		-	(10.598)	-	(5.029 4.994	
•	19	6.091	(10.598) 4.991	6.091	(5.029 4.994 41.25	
Encargos Regulatórios	19	6.091 (37.235)	(10.598) 4.991 42.263	6.091 (39.174)	(5.029 4.994 41.257 (45.945	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego	19	6.091 (37.235) (50.262)	(10.598) 4.991 42.263 (45.945)	6.091 (39.174) (50.262)	(5.029 4.994 41.257 (45.945) 93.246	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes	19	6.091 (37.235) (50.262) (122.089)	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246	6.091 (39.174) (50.262) (122.089)	(86.085 (5.029 4.994 41.257 (45.945) 93.246 (51.339)	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes	19	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600)	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973)	(5.029 4.994 41.25 (45.945 93.246 (51.339	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações	19	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339	(5.029 4.994 41.257 (45.945 93.246 (51.339 60.477 1.747.467	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	19	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339	(5.029 4.994 41.257 (45.945) 93.246 (51.339) 60.477 1.747.462	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos		6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922)	(5.029 4.994 41.257 (45.945 93.246 (51.339 60.477 1.747.467	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553)	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922)	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553)	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981 1.770.900	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17 12b	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Em Investimentos - Aporte	17	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981 1.770.900	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981	(5.029 4.994 41.257 (45.945) 93.246 (51.339) 60.477 1.747.462	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Em Investimentos - Aporte Mútuo com partes relacionadas	17 12b	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981 1.770.900	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553)	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981 1.851.811	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553 983.776	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos Juros Pagos Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Em Investimentos - Aporte Mútuo com partes relacionadas No Imobilizado	17 12b 25	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981 1.770.900	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553) - 824.854	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981 1.851.811	(5.029 4.994 41.25; (45.945 93.246 (51.339 60.47; 1.747.46; (100.144 (663.553 983.776 (228.205	
Encargos Regulatórios Obrigações Pós-Emprego Adiantamento de Clientes Outros Caixa Gerado nas Operações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	17 12b 25 13	6.091 (37.235) (50.262) (122.089) (27.600) (251.073) 2.425.025 (193.184) (473.922) 12.981 1.770.900 (167.565) (1.030.000) (41.848)	(10.598) 4.991 42.263 (45.945) 93.246 (52.432) 69.941 1.612.299 (123.892) (663.553) - 824.854	6.091 (39.174) (50.262) (122.089) (23.973) (267.437) 2.385.339 (72.587) (473.922) 12.981 1.851.811	(5.029 4.994 41.257 (45.945 93.246 (51.339 60.477 1.747.467 (100.144 (663.553)	



	Note	Consoli	dado	Controladora		
	Nota	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Empréstimos obtidos	17	1.948.018	-	1.948.018	-	
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos		(200.000)	-	(200.000)	-	
Pagamentos de Empréstimos	17	(1.903.304)	(1.256.551)	(1.903.304)	(1.256.551)	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21	-	100.000	-	100.000	
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(155.286)	(1.156.551)	(155.286)	(1.156.551)	
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		442.283	(208.505)	465.117	(155.011)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	403.339	427.827	366.169	361.252	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	845.622	219.322	831.286	206.241	



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

		Conso	lidado			Contro	ladora	
	Jan a Se		Jan a S	et/17	Jan a Se		Jan a Se	et/17
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços		5.771.655		6.109.542		5.414.554		5.790.944
Receita de Construção		12.726		11.226		12.726		11.226
Receita de Atualização Financeira da								
Bonificação pela Outorga		245.729		240.420		-		-
Investimentos em Imobilizado		52.513		19.130		52.513		19.130
Receita de Indenização da Transmissão		208.164		295.749		208.164		295.749
Receita de Indenização de Geração		82.331		259.516		82.331		259.516
Ajuste para Perdas em Créditos de								
Liquidação Duvidosa		(138)		(16.257)		(138)		(16.257)
Outras receitas (despesas)		191				191		
		6.373.171		6.919.326		5.770.341		6.360.308
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3	3.140.598)	(3.254.478)	(:	3.069.395)	(3	3.210.789)
Encargos de Uso da Rede Básica da								
Transmissão		(185.729)		(280.785)		(156.863)		(253.631)
Serviços de Terceiros		(134.282)		(104.132)		(123.173)		(94.251)
Materiais		(57.982)		(30.022)		(56.464)		(28.723)
Concessão Onerosa		(2.068)		(2.264)		(2.068)		(2.264)
Outros Custos Operacionais		(128.952)		(107.479)		(127.439)		(106.485)
	(:	3.649.611)	(3.779.160)	(:	3.535.402)	(3	3.696.143)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.723.560		3.140.166		2.234.939		2.664.165
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização		(109.445)		(122.951)		(109.307)		(122.901)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.614.115		3.017.215	_	2.125.632	_	2.541.264
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA Resultado de Equivalência Patrimonial		(250.755)		(157.710)		48.738		151.127
Receitas Financeiras		459.349		120.579		444.356		98.474
		208.594		(37.131)		493.094		249.601
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		2.822.709		2.980.084		2.618.726		2.790.865
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	271.022	9,60	338.406	11,37	253.773	9,70	329.420	11,79
Remuneração direta	177.210	6,28	193.623	6,52	161.364	6,16	184.637	6,60
Benefícios	75.963	2,69	87.977	2,95	75.027	2,87	87.977	3,15
FGTS	11.118	0,39	12.290	0,41	10.651	0,41	12.290	0,44
Programa de Desligamento Voluntário Programado	6.731	0,24	44.516	1,49	6.731	0,26	44.516	1,60
Impostos, Taxas e Contribuições	1.022.373	36,22	1.251.410	41,98	837.803	31,99	1.071.918	38,41
Federais	607.718	21,53	786.582	26,39	456.312	17,42	634.379	22,73
Estaduais	412.486	14,61	462.314	15,51	379.365	14,49	435.026	15,59
Municipais	2.169	0,08	2.514	0,08	2.126	0,08	2.513	0,09
								,
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.524.077	53,99	864.861	29,02	1.521.913	58,11	864.120	30,97
Juros	1.505.431	53,33	849.456	28,50	1.503.755	57,42	849.183	30,43
Aluguéis	18.646	0,66	15.405	0,52	18.158	0,69	14.937	0,54
Remuneração de Capitais Próprios	5.237	0,19	525.407	17,63	5.237	0,20	525.407	18,83
Lucros Acumulados	5.237	0,19	525.407	17,63	5.237	0,20	525.407	18,83
	2.822.709	100,00	2.980.084	100,00	2.618.726	100,00	2.790.865	100,00
	2.022.703	100,00	2.300.004	100,00	2.010.720	100,00	2.750.003	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia", "Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas coligadas e controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$1.770.900 (positivo de R\$824.854 no período de janeiro a setembro de 2017) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$1.851.811 (positivo de R\$983.770 no mesmo período de 2017).



Adicionalmente, em 30 de setembro de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$1.593.833 e R\$7.775.212, respectivamente.

Com relação à gestão da dívida, em dezembro de 2017 e julho de 2018 foram realizadas captações de recursos no exterior nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão) em Eurobonds, respectivamente, com vencimento em 2024. Além disso, de janeiro a setembro de 2018 foi realizado o pagamento antecipado de dívidas, no valor total de R\$1,3 bilhão, com custo de 140% do CDI e vencimento original em dezembro de 2021. Essas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - "CPC 21", que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 05 de novembro de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.



A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

- 1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
- 5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação				
Consolidado	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48			
Ativos Financeiros					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado			
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado			
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado			
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado			
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado			
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado			
Passivos Financeiros					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado			
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado			
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado			
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado			
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado			
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado			

¹⁾ A Companhia possui "títulos e valores mobiliários" com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

²⁾ Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.



A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

2.3 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2018 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Nota	as Explicativas	
31/12/2017	30/09/2018	Título das Notas Explicativas
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	27	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	10	Depósitos Vinculados a Litígios
13	11	Ativos Financeiros da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangíveis
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	26	Mensuração pelo valor justo
32	28	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais



3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas Informações Contábeis Intermediárias:

Sociedades Controladas	30/09/2018 e 31/12/2017		
Sociedades Controladas	Participação Direta (%)		
Cemig Baguari	100,00		
Cemig Geração Três Marias S.A.	100,00		
Cemig Geração Salto Grande S.A.	100,00		
Cemig Geração Itutinga S.A.	100,00		
Cemig Geração Camargos S.A.	100,00		
Cemig Geração Sul S.A.	100,00		
Cemig Geração Leste S.A.	100,00		
Cemig Geração Oeste S.A.	100,00		

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030

⁽¹⁾ Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

⁽²⁾ Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

⁽³⁾ Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Conso	Consolidado		ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	398	4.700	322	2.077
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	747.143	282.675	746.540	274.542
Overnight	98.081	111.657	84.424	85.243
Outros		4.307		4.307
	845.224	398.639	830.964	364.092
	845.622	403.339	831.286	366.169

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 75% a 106% conforme operação (85% a 106% em 2017).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,89% em 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Contro	ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	-	1.214	-	927
Letras Financeiras – Bancos	228.955	149.459	197.074	114.102
Letras Financeiras do Tesouro	226.356	364.561	194.837	278.319
Debêntures	22.622	20.334	19.473	15.524
Outros	62	54	62	53
	477.995	535.622	411.446	408.925
Ativo Circulante	409.912	520.963	352.843	397.734
Ativo Não Circulante	68.083	14.659	58.603	11.191

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI (102,10% a 112% em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.



Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 30 de setembro de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a	Vencer	Vencidos	Vencidos	Conso	lidado	Controladora	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	há mais de 90 dias	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Industrial	12.226	252.764	23.901	51.754	340.645	331.437	272.740	286.360
Comércio, Serviços e Outras	9.084	48.740	-	10	57.834	38.589	57.834	38.589
Suprimento a Outras Concessionárias	-	251.092	19.415	3.698	274.205	308.589	234.421	273.526
Concessionários – Transp. de Energia	3.821	63.940	2.167	4.865	74.793	89.153	74.865	89.249
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	283	-	218.221	2.975	221.479	193.495	214.251	186.335
Perdas estimadas para Créditos de Liq. Duvidosa		_		(21.761)	(21.761)	(21.623)	(21.761)	(21.623)
	25.414	616.536	263.704	41.541	947.195	939.640	832.350	852.436
					30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativo Circulante								
Consumidores e Revendedores					868.358	850.487	753.441	763.187
Concessionários – Transp. Energia					74.793	89.153	74.865	89.249
Ativo Não Circulante								
					4.044		4.044	
Consumidores e Revendedores					4.044	-	4.044	-

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109
Constituição de provisão, líquida	16.257
Saldo em 30 de setembro de 2017	20.366
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623
Constituição de provisão, líquida	138
Saldo em 30 de setembro de 2018	21.761



Adiantamento de Clientes

A Cemig GT recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	282.601
Baixa	(189.355)
Atualização Financeira	37.666
Saldo em 30 de setembro de 2017	312.112
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Baixa	(122.089)
Atualização Financeira	7.373
Saldo em 30 de setembro de 2018	76.042

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017
BTG Pactual	-	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	-	1,2%a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda.	nov/2018 a mar/2019	124% do CDI	143.094	76.042	147.066
				76.042	190.758

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.



8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Contro	ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS a Recuperar	24.427	6.644	23.562	5.868
ICMS – antecipação (1)	55.950	-	55.950	-
COFINS	5.377	2.400	4.748	2.400
PASEP	304	488	167	488
INSS	13.882	13.690	13.882	13.690
Outros	3.146	7.618	3.146	7.618
	103.086	30.840	101.455	30.064
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	6.005	7.731	6.005	7.731
COFINS	-	451	-	451
PASEP		90	-	90
	6.005	8.272	6.005	8.272
	109.091	39.112	107.460	38.336

(1) Em 14 de setembro de 2018, foi emitido o Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais que estabeleceu que os pagamentos de ICMS relativos a novembro e dezembro de 2018 fossem recolhidos em 20 de setembro de 2018. O ICMS recolhido, no montante de R\$55.854 está sendo atualizado pela Selic até a data do pagamento do saldo remanescente e teve como referência para pagamento o percentual de 75% do valor recolhido pela Companhia em agosto de 2018. Até os dias 7 de dezembro de 2018 e 8 de janeiro de 2019 serão pagos os valores remanescentes referentes aos tributos efetivamente apurados em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, conforme previsto no Decreto. O saldo atualizado em 30 de setembro de 2018 é de R\$55.950.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica — DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consoli	dado	Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de Renda	88.792	85.093	88.792	85.093
Contribuição Social	71.960	53.342	71.960	53.342
	160.752	138.435	160.752	138.435



b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consoli	dado	Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	261.244	252.231	261.244	252.231
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.399	7.352	7.399	7.352
Provisões para contingências	36.389	32.740	36.389	32.740
Outras provisões	373.023	366.304	373.023	366.304
Concessão Onerosa	7.704	8.227	7.704	8.227
Ajuste a Valor Justo Swap – Perda	-	11.037	-	11.037
Outros	2.092	2.235	2.092	2.235
	687.851	680.126	687.851	680.126
PASSIVO				
Custo Atribuído	(220.371)	(236.262)	(220.371)	(236.262)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(558.815)	(675.533)	(558.815)	(675.533)
Custo Aquisição Participações Societárias	(130.513)	(136.967)	(130.513)	(136.967)
Atualização de Depósitos Judiciais	(28.253)	(28.007)	(28.253)	(28.007)
Ajuste a Valor Justo Swap - Ganho	(93.036)	(20.007)	(93.036)	(20.007)
Outros	(16.313)	(19.803)	(16.283)	(19.662)
	(1.047.301)	(1.096.572)	(1.047.271)	(1.096.431)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço			_	
Patrimonial	(359.450)	(416.446)	(359.420)	(416.305)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(90.762)	(91.367)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(376.936)	(376.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	56.996	56.885
Saldo em 30 de setembro de 2018	(359.450)	(359.420)



c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Resultado Antes dos Impostos	88.850	825.789	(10.739)	721.947
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(30.209)	(280.768)	3.651	(245.462)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	2.474	3.106	1.604	2.424
Resultado de Equivalência Patrimonial	(89.710)	(65.760)	12.118	39.245
Ganho na Diluição de Participação Societária	-	7.686	-	7.686
Multas Indedutíveis	(911)	(99)	(907)	(99)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(508)	(415)	(275)	(245)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	35.341	35.927	-	-
Outros	(90)	(59)	(215)	(89)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(83.613)	(300.382)	15.976	(196.540)
Imposto Corrente	(140.609)	(209.620)	(40.909)	(105.173)
Imposto Diferido	56.996	(90.762)	56.885	(91.367)
	(83.613)	(300.382)	15.976	(196.540)
Alíquota Efetiva	94,11%	36,38%	148,77%	27,22%

	Consolid	dado	Contro	ladora
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Resultado Antes dos Impostos	(52.576)	66.426	(83.662)	30.203
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa				
(Benefício) Nominal	17.876	(22.585)	28.445	(10.269)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	2.474	(1.225)	1.604	(1.225)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(39.002)	(60.025)	(7.563)	(23.707)
Multas Indedutíveis	(356)	(28)	(355)	(28)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(329)	(96)	(96)	(96)
Diferença Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro				
real	10.246	12.402	-	-
Outros	16	(14)	(24)	(23)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa	(0.075)	(74 574)		(25.240)
Efetiva	(9.075)	(71.571)	22.011	(35.348)
Imposto Corrente	(72.117)	(37.199)	(40.909)	833
Imposto Diferido	63.042	(34.372)	62.920	(36.181)
	(9.075)	(71.571)	22.011	(35.348)
Alíquota Efetiva	17,26%	107,75%	26,31%	117,03%



10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais, conforme segue:

	Conso	lidado	Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas	33.976	29.676	33.976	29.676
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	15.316	14.908	15.316	14.908
PASEP/COFINS (1)	188.384	183.606	188.384	183.606
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	64.349	63.027	64.349	63.027
IPTU	10.275	6.497	10.275	6.497
CSLL (3)	18.062	-	18.062	-
Outros	1.054	4.186	1.054	4.186
	297.440	272.224	297.440	272.224
Outros				
Bloqueio Judicial	1.207	521	1207	521
Regulatórios	3.485	3.308	3.485	3.308
Outros	4.713	4.265	4.713	4.265
	9.405	8.094	9.405	8.094
	340.821	309.994	340.821	309.994

- (1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 20 Provisões (Indenização do Anuênio).
- (3) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

1) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$188.384 em 30 de setembro de 2018.



11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolid	dado	Controladora		
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	
Transmissão - Indenização a Receber	1.817.663	1.928.038	1.817.663	1.928.038	
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	557.960	547.800	557.960	547.800	
Geração – indenização a receber	816.734	1.900.757	816.734	1.900.757	
Geração – Bonificação de outorga	2.396.907	2.337.135	-	-	
	5.589.264	6.713.730	3.192.357	4.376.595	
Circulante	551.862	689.353	310.338	456.101	
Não Circulante	5.037.402	6.024.377	2.882.019	3.920.494	

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

		Consolidado			Controladora	
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.389	2.287.511	5.087.900	546.624	2.287.511	2.834.135
Adição	-	11.226	11.226	-	11.226	11.226
Atualização Financeira	240.420	146.494	386.914	-	146.494	146.494
Recebimentos	(172.368)	(142.105)	(314.473)	-	(142.105)	(142.105)
Baixas	-	(3.232)	(3.232)	-	(3.232)	(3.232)
Transferência do imobilizado das Usinas não renovadas (Volta	070.040		070.040	070.040		070.040
Grande, Miranda e São Simão)	879.818	-	879.818	879.818	-	879.818
Ajuste da BRR dos ativos de Transmissão	-	149.255	149.255	-	149.255	149.255
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria 291) – incluindo atualização financeira	259.516		259.516	259.516		259.516
Saldo em 30 de setembro de 2017						
Saldo em 30 de setembro de 2017	4.007.775	2.449.149	6.456.924	1.685.958	2.449.149	4.135.107
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4 227 222	2 475 020	6 740 700	4 000 757	2 475 020	4.075.505
	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Adição	-	12.726	12.726	-	12.726	12.726
Atualização Financeira (1)	301.061	208.164	509.225	55.332	208.164	263.496
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da						
concessão	-	11.977	11.977	-	11.977	11.977
Recebimentos	(1.325.312)	(333.122)	(1.658.434)	(1.139.355)	(333.122)	(1.472.477)
Transferências Imobilizado		40	40		40	40
Saldo em 30 de setembro de 2018	3.213.641	2.375.623	5.589.264	816.734	2.375.623	3.192.357

⁽¹⁾ A receita de atualização financeira da geração está apresentada líquida da baixa de R\$26.999 do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").



Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de setembro de 2018, no montante de R\$1.817.663 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$957.872 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, a partir de julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silicio Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$399.796 em 30 de setembro de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico — RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de setembro de 2018.



Ajuste da BRR dos ativos de transmissão — Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 8 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$459.995 em 30 de setembro de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida — RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária — PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de setembro de 2018, o saldo a receber é de R\$557.960 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído ("Deemed Cost"), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.734 em 30 de setembro de 2018 (R\$816.411 em 31 de dezembro de 2017).



Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	3.243
		3.601,70	204.041	816.734

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas Miranda e São Simão – projetos básicos

A Companhia recebeu em 31 de agosto de 2018 a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R\$1.139.355, conforme previsto na Portaria MME nº 291/17. Os valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da SELIC até a data do recebimento.

Usinas	Miranda	São Simão	Total	
Término da concessão	dez/16	jan/15	IOLAI	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído				
em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739	
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012	
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751	
Atualização	25.373	31.222	56.595	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346	
Atualização (2)	42.118	12.891	55.009	
Recebimentos	(851.643)	(287.712)	(1.139.355)	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 30/09/18	-	-	-	

⁽¹⁾ Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

⁽²⁾ A receita de atualização financeira está apresentada líquida da baixa de R\$26.999 do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.



Bonificação pela outorga - Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	133.096	(99.914)	1.363.316
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	41.952	(31.510)	427.835
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	17.549	(13.396)	159.747
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	13.077	(9.973)	119.814
	Coronel Domiciano, Joasal,				
Cemig Geração Sul S.A.	Marmelos, Paciência e Piau	152.170	18.207	(14.032)	156.345
	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti,				
Cemig Geração Leste S.A.	Sinceridade e Tronqueiras	103.133	13.596	(10.655)	106.074
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	8.252	(6.477)	63.776
Total		2.337.135	245.729	(185.957)	2.396.907

	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	129.986	(92.612)	1.320.571
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	40.973	(29.207)	414.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	17.193	(12.418)	154.679
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	12.809	(9.244)	116.012
	Coronel Domiciano, Joasal,				
Cemig Geração Sul S.A.	Marmelos, Paciência e Piau	146.553	17.884	(13.007)	151.430
	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti,				
Cemig Geração Leste S.A.	Sinceridade e Tronqueiras	99.315	13.424	(9.876)	102.863
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	8.151	(6.004)	61.857
Total		2.253.765	240.420	(172.368)	2.321.817

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).



12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolic	lado	Controla	dora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Coligadas				
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	416.066	534.761	416.066	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	481.470	582.504	481.470	582.504
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	49.954	57.957	49.954	57.957
Guanhães Energia	75.524	25.018	75.524	25.018
Hidrelétrica Pipoca	29.368	26.023	29.368	26.023
Lightger	41.143	40.832	41.143	40.832
Baguari Energia	167.379	148.422	167.379	148.422
Central Eólica Praias Parajuru	44.825	60.101	44.825	60.101
Central Eólica Volta do Rio	53.619	67.725	53.619	67.725
Central Eólica Praias de Morgado	44.620	50.569	44.620	50.569
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	651.980	576.704	651.980	576.704
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	992.434	866.554	992.434	866.554
Aliança Geração	1.282.773	1.242.170	1.282.773	1.242.170
Retiro Baixo	168.253	157.773	168.253	157.773
Renova	106.100	282.524	106.100	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.955	3.699	3.955	3.699
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	38	23
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.354.449	1.391.822
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	427.507	440.122
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	169.869	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	123.902	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	169.272	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	113.538	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	66.251	69.398
Total	4.609.463	4.723.336	7.034.289	7.209.862

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto e à participação na usina de Santo Antônio, coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.



	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 30/09/2017	Controladora e Consolidado 31/12/2017	Amortização	Controladora e Consolidado 30/09/2018
Retiro Baixo	29.525	(888)	28.637	28.344	(886)	27.458
Central Eólica Praias de					, ,	
Parajuru	19.341	(1.146)	18.195	16.503	(1.060)	15.443
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(756)	13.051	11.035	(653)	10.382
Central Eólica Praias de						
Morgado	27.406	(1.542)	25.864	23.956	(1.457)	22.499
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(4.467)	152.873	151.384	(4.467)	146.917
Aliança Norte (Usina de Belo						
Monte)	56.518	(1.479)	55.039	54.546	(1.478)	53.068
	303.937	(10.278)	293.659	285.768	(10.001)	275.767

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos	30/09/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	-	(16.350)	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	51.070	-	75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	-	(1.203)	29.368
Madeira Energia (usina de Santo Antônio) FIP Melbourne (usina de Santo	534.761	(118.779)	84	-	416.066
Antônio)	582.504	(101.034)	_	_	481.470
Baguari Energia	148.422	22.515	-	(3.558)	167.379
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(7.483)	-	(7.793)	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	44.620
Lightger	40.832	2.090	-	(1.779)	41.143
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	55.699	70.181	-	992.434
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	33.107	42.169	-	651.980
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	1.282.773
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	168.253
Renova	282.524	(176.424)	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	4.061	-	3.955
Total do Investimento	4.723.336	(250.755)	167.565	(30.683)	4.609.463



Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos	30/09/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	-	(16.350)	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	51.070		75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	-	(1.203)	29.368
Madeira Energia (usina de Santo					
Antônio)	534.761	(118.779)	84	-	416.066
FIP Melbourne (usina de Santo					
Antônio)	582.504	(101.034)	-	-	481.470
Baguari Energia	148.422	22.515	-	(3.558)	167.379
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(7.483)	-	(7.793)	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	44.620
Lightger	40.832	2.090	-	(1.779)	41.143
Amazônia Energia (usina de Belo					
Monte)	866.554	55.699	70.181	-	992.434
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	33.107	42.169	-	651.980
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	1.282.773
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	168.253
Renova	282.524	(176.424)	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	4.061	-	3.955
Cemig Baguari	23	(25)	40	-	38
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	132.828	-	(170.201)	1.354.449
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	48.590	-	(61.205)	427.507
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	27.788	-	(29.198)	169.869
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	23.162	-	(29.686)	123.902
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	30.248	-	(28.547)	169.272
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	23.797	-	(26.144)	113.538
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	13.105		(16.252)	66.251
Total do Investimento	7.209.862	48.738	167.605	(391.916)	7.034.289

Consolidado	31/12/2016	Equivalência	Aportes/	Dividendos	Resultado	Outros	30/09/2017
		Patrimonial	Aquisições	Provisão	Abrangente		
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	86.280	-	-	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (Usina de							
Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (Usina de							
Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias							
Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de							
Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Amazônia Energia (Usina							
de Belo Monte)	781.022	(6.965)	76.686	-	-	-	850.743
Aliança Norte (Usina de							
Belo Monte)	527.498	(6.376)	46.707	-	-	-	567.829
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Renova	688.625	(50.048)	18.000	-	(33.852)	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara							
S.A.	2.782	(581)	532	-	-	-	2.733
Total do Investimento	5.291.892	(157.710)	228.205	(99.932)	(33.852)	(59.071)	5.169.532
Guanhães – passivo a							
descoberto de controlada							
em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	(157.710)	228.205	(99.932)	(33.852)		5.169.532

⁽¹⁾ Transferência do passivo a descoberto.



Out of the co	24 /42 /2046	Equivalência	Aportes/	Dividendos	Resultado	0.1	20/00/2045
Controladora	31/12/2016	Patrimonial	Aquisições	Provisão	Abrangente	Outros	30/09/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	86.280	-	-	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	_	_	559.337
FIP Melbourne (Usina de		(8 11333)					333.337
Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias				()			
Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	_	_	-	_	75.789
Central Eólica Praias de		(,					
Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Amazônia Energia (Usina de							
Belo Monte)	781.022	(6.965)	76.686	-	-	-	850.743
Aliança Norte (Usina de Belo							
Monte)	527.498	(6.376)	46.707	-	-	-	567.829
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Renova	688.625	(50.048)	18.000	-	(33.852)	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara							
S.A.	2.782	(581)	532	-	-	-	2.733
Cemig Baguari	55	(18)	-	-	-	-	37
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	139.267	-	(187.149)	-	-	1.351.400
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	48.891	-	(62.256)	-	-	426.783
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	29.346	-	(34.093)	-		163.215
Cemig Geração Camargos	125.995						
S.A.		23.863	-	(26.627)	-	-	123.231
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	29.342	-	(34.237)	-	-	160.238
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	23.939	-	(27.798)	-	-	110.117
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	14.207	-	(16.988)	-	-	66.594
Total do Investimento	7.773.818	151.127	228.205	(489.080)	(33.852)	(59.071)	7.571.147
Guanhães – passivo a descoberto de controlada							
em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	151.127	228.205	(489.080)	(33.852)		7.571.147

⁽¹⁾ Transferência do passivo a descoberto.



c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

	O	Em	30 de setembro de	2018	Em 31 de dezembro de 2017		
Sociedades	Quantidade de Ações	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas				·			·
Madeira Energia							
(usina de Santo Antônio)	11.343.088.100	18,13	10.310.341	4.139.327	18,13	9.546.672	5.327.114
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	101.946	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	386.139	154.131	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	59.934	49,00	41.360	53.108
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	241.223	69,39	186.573	213.895
Central Eólica Praias de							
Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	59.964	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	88.238	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de							
Morgado	52.960.000	49,00	52.960	45.145	49,00	52.960	54.312
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.965	49,00	79.232	83.331
Aliança Norte		,			,		
(usina de Belo Monte)	41.410.158.283	49,00	1.205.315	1.222.271	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia							
(usina de Belo Monte) (1)	1.281.030.446	74,50	1.323.660	1.332.127	74,50	1.229.600	1.163.160
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.990.320	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	282.155	49,90	222.850	257.880
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	292.852	36,23	2.919.019	779.808
Usina Hidrelétrica Itaocara					·		
S.A.	17.014.114	49,00	19.390	8.071	49,00	11.102	7.549
Controladas		-,			.,		
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	38	100,00	1	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.354.449	100,00	1.291.423	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	427.507	100,00	405.268	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	169.869	100,00	151.309	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	123.901	100,00	113.499	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	169.271	100,00	148.147	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	113.538	100,00	100.569	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	66.252	100,00	60.595	69.398

⁽¹⁾ Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 30 de setembro de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante e/ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia S.A. ("MESA"): No período findo em 30 de setembro de 2018, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.187.787 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$1.373.071, decorrente, principalmente, das contas "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos". Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA está negociando a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores e a liberação de recursos da conta reserva, decorrente dessa readequação. O processo de reperfilamento da dívida está em fase adiantada de aprovação pelos credores e acionistas, restando, para sua conclusão, a definição de parte das garantias corporativas a serem oferecidas.



Renova Energia S.A. ("Renova"): No período findo em 30 de setembro de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$486.956, prejuízos acumulados de R\$2.681.546, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$172.078, e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa e está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação, visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos. A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas adotadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de setembro de 2018.

A Companhia está comprometida com os planos da Administração da investida e concluiu que, no presente momento, não existe indicativos de necessidade de complemento de provisão para *impairment* além daquele já registrado nas informações contábeis intermediárias da investida para o período findo em 30 de setembro de 2018, o qual foi reconhecido pela Companhia via equivalência patrimonial. A Companhia refletirá tempestivamente em suas demonstrações financeiras qualquer necessidade de complemento adicional de *impairment* desse investimento.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. ("MESA") e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$897.536 em 30 de setembro de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2018, R\$21.019.315 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há



como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Aumento de capital na Madeira Energia S.A.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado um aumento de capital na MESA de até R\$972.512. No mesmo ato, os acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a MESA, no montante de R\$754.669, remanescendo um capital a subscrever de R\$217.843 relativo ao direito de subscrição da Companhia e de sua coligada indireta SAAG Investimento S.A..

Em 02 de outubro de 2018, em razão da Companhia e da SAAG não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital mencionado, a acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveu e integralizou parcialmente as sobras verificadas, no montante de R\$85.000. Na mesma data, o Conselho de Administração da MESA homologou parcialmente o aumento de capital aprovado em 28 de agosto de 2018, no valor de R\$839.670. O total dos recursos aportados será totalmente destinado à integralização na Santo Antônio Energia S.A.. Com a homologação do aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$10.386.341 e as participações direta e indireta da Companhia passaram a ser de 8,44% e 6,86%, respectivamente.

Em AGE realizada em 03 de outubro de 2018, foi aprovado um novo aumento de capital na MESA de até R\$300.000. Na mesma data, a Companhia, a SAAG e Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveram ações no valor de R\$25.320, R\$26.068 e R\$124.620, respectivamente, integralizado em 05 de outubro de 2018. Os demais acionistas que não subscreveram ações, não exerceram o seu direito de preferência no aumento de capital aprovado, cujo prazo encerrou-se no dia 03 de novembro de 2018. Dessa forma, após a homologação do aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$10.562.350 e as participações direta e indireta da Companhia passaram a ser de 8,63% e 7,05%, respectivamente.

<u>FID (Fator de Disponibilidade)</u>

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1a Região julgou procedente o pedido da SAESA de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica — CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da



medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento a Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade, no valor de aproximadamente R\$ 738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de fornecedores, a ser pago em 36 parcelas iguais, a partir de setembro de 2018, acrescidas de atualização monetária e juros.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Comerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Companhia na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.791.888 em 30 de setembro de 2018. A conclusão das obras de



construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2018 é de R\$632.000.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. ("Renova")

Negociações Alto Sertão III

A Renova está negociando a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III e recebeu propostas não vinculantes para aquisição desse projeto de certos investidores, que estão em processo final de *due diligence*.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova, incluindo a Companhia, e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.



Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Renova e da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2018.

Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a Companhia e a Energimp S.A. ("Energimp"), documento denominado "Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças" referente ao descruzamento das participações societárias atualmente detidas conjuntamente pela Companhia e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru"), Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio") e Central Eólica Praia de Morgado S.A. ("Morgado").

O descruzamento de ativos será efetuado de forma que a totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social de Parajuru e de Volta do Rio passe a ser de titularidade integral da Companhia, e a totalidade das ações representativas do capital social de Morgado passe a ser de titularidade integral e exclusiva da Energimp.

O descruzamento foi aprovado pelo órgão de defesa da concorrência, CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), e encontra-se em processo de aprovação pelo banco financiador.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora e em determinadas investidas, os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos.

Considerando que os trabalhos ainda são preliminares, não é possível até o presente momento, mensurar eventuais efeitos destas análises, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2018.



13. IMOBILIZADO

	3	30/09/2018			31/12/2017	
Consolidado	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.356.414	(4.378.442)	1.977.972	6.342.503	(4.268.303)	2.074.200
Terrenos	220.579	(15.280)	205.299	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.682	(1.992.186)	1.014.496	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.034.741	(761.730)	273.011	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.049.226	(1.572.154)	477.072	2.030.392	(1.525.069)	505.323
Veículos	31.532	(26.652)	4.880	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.654	(10.440)	3.214	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	112.853		112.853	88.690	-	88.690
Ativos em formação	112.853	-	112.853	88.690	-	88.690
Imobilizado líquido	6.469.267	(4.378.442)	2.090.825	6.431.193	(4.268.303)	2.162.890

	:	30/09/2018			31/12/2017	
Controladora	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.351.494	(4.378.229)	1.973.265	6.339.089	(4.268.227)	2.070.862
Terrenos	220.579	(15.280)	205.299	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.574	(1.992.186)	1.014.388	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.034.566	(761.730)	272.836	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.044.589	(1.571.941)	472.648	2.026.978	(1.524.993)	501.985
Veículos	31.532	(26.652)	4.880	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.654	(10.440)	3.214	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	105.939		105.939	84.985		84.985
Ativos em formação	105.939	-	105.939	84.985	-	84.985
Imobilizado líquido	6.457.433	(4.378.229)	2.079.204	6.424.074	(4.268.227)	2.155.847

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Ваіха	Depreciação	30/09/2018
Em serviço	2.074.200	-	16.493	(6.623)	(106.098)	1.977.972
Terrenos	207.132	-		(3)	(1.830)	205.299
Reservatórios, barragens e				(-, -, -)	4	
adutoras	1.071.105	-	111	(2.046)	(54.674)	1.014.496
Edificações, obras civis e benfeitorias Máguinas e	284.619	-	743	(237)	(12.114)	273.011
equipamentos	505.323	-	12.313	(4.337)	(36.227)	477.072
Veículos	3.101	-	2.829	-	(1.050)	4.880
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(203)	3.214
Em curso	88.690	41.848	(16.533)	(1.152)		112.853
Imobilizado líquido	2.162.890	41.848	(40)	(7.775)	(106.098)	2.090.825



Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Ваіха	Depreciação	30/09/2018
Em serviço	2.070.862	-	14.988	(6.625)	(105.960)	1.973.265
Terrenos	207.132	-		(3)	(1.830)	205.299
Reservatórios, barragens e						
adutoras	1.071.105	-	3	(2.046)	(54.674)	1.014.388
Edificações, obras						
civis e benfeitorias	284.619	-	568	(237)	(12.114)	272.836
Máquinas e						
equipamentos	501.985	-	11.091	(4.339)	(36.089)	472.648
Veículos	3.101	-	2.829		(1.050)	4.880
Móveis e utensílios	2.920	_	497		(203)	3.214
Em curso	84.985	37.134	(15.028)	(1.152)		105.939
Imobilizado líquido	2.155.847	37.134	(40)	(7.777)	(105.960)	2.079.204

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/09/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(868.652)	34.563	(4.997)	(117.718)	2.096.977
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(5.367)	207.801
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	308	303	(58.464)	1.091.227
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	668	-	(12.690)	288.455
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(297.471)	33.587	(5.300)	(40.115)	503.450
Veículos	4.225	-	-	-	-	(844)	3.381
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(238)	2.663
Em Curso	116.371	20.268	(130)	(34.563)	(2.062)		99.884
Imobilizado Líquido	3.170.152	20.268	(868.782)	-	(7.059)	(117.718)	2.196.861

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/09/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(868.652)	33.196	(4.997)	(117.668)	2.095.660
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(5.367)	207.801
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	308	303	(58.464)	1.091.227
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	668	-	(12.690)	288.455
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(297.471)	32.220	(5.300)	(40.065)	502.133
Veículos	4.225	-	-	-	-	(844)	3.381
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(238)	2.663
Em Curso	114.599	18.585	(130)	(33.196)	(2.062)		97.796
Imobilizado Líquido	3.168.380	18.585	(868.782)		(7.059)	(117.668)	2.193.456

⁽¹⁾ Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,02%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração.



A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2018	31/12/2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,03	217.210	217.109
Depreciação acumulada			(97.202)	(90.649)
Total em operação			120.008	126.460
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	291	340
Total em construção			291	340



14. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado e		30/09/2018			31/12/2017	
Controladora	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	93.531	(68.768)	24.763	89.923	(66.001)	23.922
Servidão	11.451	(2.495)	8.956	11.451	(1.990)	9.461
Concessão Onerosa	19.169	(11.761)	7.408	19.169	(11.251)	7.918
Outros	62.911	(54.512)	8.399	59.303	(52.760)	6.543
Em Curso	5.984		5.984	8.718		8.718
Ativos em formação	5.984	-	5.984	8.718	-	8.718
Intangível Líquido	99.515	(68.768)	30.747	98.641	(66.001)	32.640

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	30/09/2018
Em serviço	23.922	-	4.303	(115)	(3.347)	24.763
Servidão	9.461	-	-	-	(505)	8.956
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	(510)	7.408
Outros	6.543	-	4.303	(115)	(2.332)	8.399
Em Curso	8.718	1.569	(4.303)	-	-	5.984
Ativos em formação	8.718	1.569	(4.303)	-	-	5.984
Total	32.640	1.569	-	(115)	(3.347)	30.747

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/ Jaguara/ Miranda	Capitalização / Transferência	Ваіха	Amortização	30/09/2017
Em Serviço	26.532	-	(80)	614	-	(3.840)	23.226
Servidão	10.136	-	-	-	-	(505)	9.631
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(510)	8.087
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(2.825)	5.508
							-
Em Curso	9.220	528		(614)	(15)		9.119
Ativos em formação	9.220	528	-	(614)	(15)	-	9.119
Total	35.752	528	(80)		(15)	(3.840)	32.345

A taxa de amortização média anual é de 13,33%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.



15. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento e transporte de energia elétrica	418.502	420.268	386.217	409.716
Materiais e serviços	52.428	51.775	49.932	44.796
	470.930	472.043	436.149	454.512

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Contro	ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS	45.689	60.635	42.183	57.723
PASEP	4.514	9.782	3.581	9.047
COFINS	19.806	45.139	16.665	41.748
INSS	3.840	3.816	3.224	3.522
ISSQN	828	992	779	900
Outros	5.094	13.302	4.909	13.098
	79.771	133.666	71.341	126.038
Não Circulante				
PASEP	566	535	566	535
COFINS	3.486	3.295	3.486	3.295
	4.052	3.830	4.052	3.830
	83.823	137.496	75.393	129.868

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Moedas	Consolidado 30/09/2018		18	Consolidado 31/12/2017
		Anuais		Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	2.702	-	2.702	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	204.879	6.005.851	6.210.730	3.333.149
(-) Custos de Transação				(83)	(21.877)	(21.960)	(15.400)
(+/-) Recursos antecipados (1)				101	(35.341)	(35.240)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				207.599	5.948.633	6.156.232	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	140,00% do CDI	R\$	-	_	-	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	129.115	-	129.115	121.470
		TJLP+5% e					
FINEP	2018	TJLP+8%	R\$	_	_	_	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(39)	-	(39)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				129.261		129.261	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				336.860	5.948.633	6.285.493	4.131.966
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	153.125	-	153.125	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	37.782	989.360	1.027.142	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	746.171	-	746.171	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.502	15.976	32.478	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	313.688	842.668	1.156.356	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela							
própria Companhia (4)				(2.381)	-	(2.381)	(12.405)
(-) Custos de Transação				(7.914)	(21.425)	(29.339)	(37.028)
Total de Debêntures				1.256.973	1.826.579	3.083.552	4.188.197
Total Geral				1.593.833	7.775.212	9.369.045	8.320.163



Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros	Manda	Contro	ladora 30/09/20	18	Controladora 31/12/2017
Finalitiaudies	Principal	Anuais	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	2.702	-	2.702	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	204.879	6.005.851	6.210.730	3.333.149
(-) Custos de Transação				(83)	(21.877)	(21.960)	(15.400)
(+/-) Recursos antecipados (1)				101	(35.341)	(35.240)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				207.599	5.948.633	6.156.232	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	140,00% do CDI	R\$	-	_	-	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	129.115	-	129.115	121.470
		TJLP+5% e					
FINEP	2018	TJLP+8%	R\$	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(39)	-	(39)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				129.261		129.261	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				336.860	5.948.633	6.285.493	4.131.966
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	153.125	_	153.125	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	37.782	989.360	1.027.142	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	746.171	-	746.171	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.502	15.976	32.478	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	313.688	842.668	1.156.356	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(2.049)		(2.049)	(9.470)
(-) Custos de Transação				(7.914)	(21.425)	(29.339)	(37.028)
Total de Debêntures				1.257.305	1.826.579	3.083.884	4.191.132
Total Geral				1.594.165	7.775.212	9.369.377	8.323.098

⁽¹⁾ Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (Yield to Maturity) acordado em contrato do Eurobonds;

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões ("cross default").

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas	_							
Euro	2.462	240	-	-	-	-	-	2.702
Dólar Norte Americano	204.879	-	-	-	-	-	6.005.851	6.210.730
Total por Moedas	207.341	240	-	-	-	-	6.005.851	6.213.432
Indexadores								
IPCA (1)	43.952	163.642	342.465	326.489	336.382	-	-	1.212.930
CDI (2)	905.704	374.519	374.518	374.520	-	-	-	2.029.261
Total por Indexadores	949.656	538.161	716.983	701.009	336.382		-	3.242.191
(-) Custos de Transação	(910)	(9.491)	(9.524)	(9.497)	(39)	-	(21.877)	(51.338)
(+/-) Recursos antecipados	101	-	-	-	-	-	(35.341)	(35.240)
Total Geral	1.156.188	528.910	707.459	691.512	336.343	-	5.948.633	9.369.045

⁽²⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.;

⁽³⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural;

⁽⁴⁾ O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25.



Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	2.462	240	-	-	-	-	-	2.702
Dólar Norte Americano	204.879	-	-	-	-	-	6.005.851	6.210.730
Total por Moedas	207.341	240	-	-	-	-	6.005.851	6.213.432
Indexadores								
IPCA (1)	43.952	163.642	342.465	326.489	336.382	-	-	1.212.930
CDI (2)	906.036	374.519	374.518	374.520				2.029.593
Total por Indexadores	949.988	538.161	716.983	701.009	336.382	-	-	3.242.523
(-) Custos de Transação	(910)	(9.491)	(9.524)	(9.497)	(39)	-	(21.877)	(51.338)
(+/-) Recursos antecipados	101						(35.341)	(35.240)
Total Geral	1.156.520	528.910	707.459	691.512	336.343		5.948.633	9.369.377

⁽¹⁾ Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2018 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2017 %	Indexador	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2018 %	Variação Acumulada de janeiro a setembro de 2017 %
Dólar Norte-Americano	21,04	(2,80)	IPCA	3,34	1,78
Furo	17.26	8.86	CDI	4.81	8.03

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Financiamentos Obtidos	1.946.269	1.946.269
Custos de Transação	(7.876)	(7.876)
Recursos antecipados	9.625	9.625
Financiamentos Obtidos líquidos	1.948.018	1.948.018
Variação Monetária	36.215	36.215
Variação Cambial	774.340	774.340
Encargos Financeiros Provisionados	640.747	640.747
Amortização dos Custos de Transação	16.764	16.764
Encargos Financeiros Pagos	(473.922)	(473.922)
Amortização de Financiamentos	(1.903.304)	(1.903.304)
Subtotal	9.359.021	9.361.956
(+) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	10.024	7.421
Saldo em 30 de setembro de 2018	9.369.045	9.369.377

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Variação Monetária	25.888	25.888
Variação Cambial	659	659
Encargos Financeiros Provisionados	727.098	727.098
Amortização dos Custos de Transação	23.115	23.115
Encargos Financeiros Pagos	(663.553)	(663.553)
Amortização de Financiamentos	(1.256.551)	(1.256.551)
Subtotal	7.490.327	7.500.241
(+) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	21.006	16.896
Saldo em 30 de setembro de 2017	7.511.333	7.517.137



Garantias

Em 30 de setembro de 2018, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	30/09/2018
Aval e Fiança	8.239.152
Recebíveis	-
Ações	1.127.191
Sem Garantia	2.702
TOTAL	9.369.045

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Estrangeira				
Eurobonds (1)	Julho de 2018	2024	9,25%	1.946.269
(-) Custos de transação				(7.876)
(+) Recursos antecipados (2)				9.625
Total de captações				1.948.018

- (1) Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

Cláusulas Contratuais Restritivas – "Covenants"

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas ("Covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 31/12/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral

^{(1) 7}ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

⁽²⁾ Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant "de incorrência" de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.



Eurobonds - Ultrapassagem de Franquia

Em 10 de outubro de 2018, a Companhia, no âmbito de sua emissão de Eurobonds, comunicou ao agente fiduciário da emissão ("trustee") a excepcional e momentânea ultrapassagem da franquia de montante de investimentos passíveis de serem efetuados pela Cemig GT - cláusula de Limitação de Pagamentos Restritos ("Limitation on Restricted Payments") ressaltando que, caso fosse solicitada a regularização do limite, a situação seria revertida no prazo de cura estabelecido no próprio contrato de emissão dos bonds.

Referido evento decorre de operação de mútuo concedido pela Companhia para a Cemig Distribuição, em 18 de setembro de 2018, no montante de R\$ 630 milhões, a ser pago em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, sendo que a primeira amortização deverá resultar no reenquadramento das condições previstas na cláusula "Limitation on Restricted Payments". Assim que efetuado o pagamento, a Cemig GT utilizará os recursos para prépagar dívidas existentes, acelerando o processo de desalavancagem em curso.

Para a realização do mútuo, a Companhia utilizou recursos disponíveis oriundos da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda, no valor total de R\$1,14 bilhão, recebida em 31 de agosto de 2018.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia destaca que todos os demais covenants permanecem em conformidade, em especial, a relação Dívida Líquida / Lajida.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Contro	ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	-	8.753	-	8.753
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	5.314	14.622	4.140	13.549
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	39.152	51.639	39.152	51.639
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	819	740	686	595
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	7.004	6.612	7.004	6.612
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.260	2.359	801	1.945
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	144.541	150.050	138.938	146.231
Pesquisa Expansão Sistema Energético	764	1.314	540	1.111
	198.854	236.089	191.261	230.435
Passivo Circulante	122.119	151.532	117.815	149.698
Passivo Não Circulante	76.735	84.557	73.446	80.737



19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	27.927	29.749	642	15.024	73.342
Contribuições Pagas	(26.846)	(17.289)	(408)	(1.402)	(45.945)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017	358.180	369.293	7.896	198.489	933.858
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa Reconhecida no Resultado	30.449	30.131	630	4.601	65.811
Contribuições Pagas	(29.922)	(18.264)	(415)	(1.661)	(50.262)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2018	436.429	410.497	8.656	64.498	920.080
				30/09/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				56.466	52.395
Passivo Não Circulante				863.614	852.136

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$53.703 (R\$62.389 no período de janeiro a setembro de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$12.108 (R\$10.953 no período de janeiro a setembro de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$152.092 (R\$163.049 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantem o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.



Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de setembro de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$85.999 (R\$64.109 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	48.964	13.984	(16)	(3.957)	58.975
Cíveis	251	33	(85)	(34)	165
Tributárias	9.046	75	(3.034)	(1)	6.086
Regulatórias	2.206	239	-	(1)	2.444
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	5.675	(2.022)	(141)	39.355
Total	96.310	20.033	(5.157)	(4.161)	107.025

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	48.948	13.984	-	(3.957)	58.975
Cíveis	251	33	(85)	(34)	165
Tributárias	9.046	75	(3.034)	(1)	6.086
Regulatórias	2.206	239	-	(1)	2.444
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	5.675	(2.022)	(141)	39.355
Total	96.294	20.033	(5.141)	(4.161)	107.025

Consolidado	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	46.286	15.980	-	(7.355)	54.911
Cíveis	364	14	(207)	(14)	157
Tributárias	7.145	69	(815)	-	6.399
Regulatórias	50	2.567	(4)	(500)	2.113
Outras	51.451	5.125	-	(634)	55.942
Total	105.296	23.755	(1.026)	(8.503)	119.522



Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	46.286	15.964	-	(7.354)	54.896
Cíveis	364	14	(207)	(14)	157
Tributárias	7.145	69	(815)	-	6.399
Regulatórias	50	2.567	(4)	(500)	2.113
Outras	51.451	5.125	-	(634)	55.942
Total	105.296	23.739	(1.026)	(8.502)	119.507

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$173.144 (R\$167.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$58.975 (R\$48.964 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

<u>Tributárias</u>

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$43.903 (R\$37.328 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$6.086 (R\$9.046 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$20.550 (R\$23.319 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.444 (R\$2.206 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$35.332 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$72.072 (R\$77.571 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$4.188 foram provisionados (R\$4.107 em 31 de dezembro de 2017). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:



Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$64.349 (R\$63.027 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$70.724 (R\$73.334 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$308.639 (R\$458.619 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica — DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$72.325 (R\$126.880 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$71.457 (R\$72.584 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.



Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$310.268 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.



Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7º Turma do TRF – 1º Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$220.050 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$144.072 (R\$126.159 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$85.535 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).



Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.454 (R\$64.241 em 31 de dezembro de 2017), para os quais não há saldo provisionado, pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em procedimentos licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.958 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Aumento do Capital Social

Em 18 de setembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou o aumento do capital social da Companhia para R\$2.600.000 com a integralização de reservas de lucros no montante de R\$662.290 e do AFAC no montante de R\$100.000, em atendimento ao art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.600.000 (1.837.710 em 31 de dezembro de 2017), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Resultado por ação – básico e diluído

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Resultado do período	5.237	525.407	(61.651)	(5.145)
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0018	0,1814	(0,0213)	(0,0018)

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 26 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no resultado por ação nos períodos apresentados.



22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Conso	lidado	Control	adora
	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.069.097	5.230.682	4.714.827	4.903.051
Receita de Transmissão – com impostos (b)	443.095	327.720	445.950	329.235
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	245.729	240.420	-	-
Receita de Construção (d)	12.726	11.226	12.726	11.226
Transações com energia na CCEE (e)	168.323	520.943	147.106	516.395
Receita de Indenização da Transmissão (f)	208.164	295.749	208.164	295.749
Receita de Indenização da Geração (g)	82.331	259.516	82.331	259.516
Outras receitas operacionais	91.140	30.197	106.671	42.263
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(1.199.150)	(1.200.004)	(1.108.312)	(1.119.405)
	5.121.455	5.716.449	4.609.463	5.238.030

	Consoli	dado	Control	adora
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.823.925	1.896.723	1.706.224	1.781.612
Receita de Transmissão – com impostos (b)	148.383	86.320	149.328	87.285
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	88.749	89.943	-	-
Receita de Construção (d)	7.994	4.201	7.994	4.201
Transações com energia na CCEE (e)	14.172	108.868	319	105.083
Receita de Indenização da Transmissão (f)	61.645	25.894	61.645	25.894
Receita de Indenização da Geração (g)	47.868	259.516	47.868	259.516
Outras receitas operacionais	63.485	12.841	68.797	17.380
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(410.441)	(437.027)	(379.246)	(407.209)
	1.845.780	2.047.279	1.662.929	1.873.762

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

		Consolidado			Controladora			
	Jan a S	et/18	Jan a S	et/17	Jan a S	et/18	Jan a Set/17	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	10.751.823	2.402.818	10.710.503	2.479.533	9.935.754	2.219.251	10.047.354	2.328.775
Comercial	2.325.050	520.714	1.620.592	414.045	2.325.050	520.714	1.620.592	414.045
Rural	795	196	3.660	537	795	196	3.660	537
Subtotal	13.077.668	2.923.728	12.334.755	2.894.115	12.261.599	2.740.161	11.671.606	2.743.357
Fornec. Não Faturado,								
Líquido	-	15.036	-	23.399	-	12.900	-	6.658
	13.077.668	2.938.764	12.334.755	2.917.514	12.261.599	2.753.061	11.671.606	2.750.015
Suprim. Outras								
Concessionárias (2)	8.755.439	2.167.139	9.225.587	2.334.428	8.755.439	2.000.084	9.225.587	2.163.621
Suprimento não								
Faturado Líquido		(36.806)	-	(21.260)	-	(38.318)	-	(10.585)
	21.833.107	5.069.097	21.560.342	5.230.682	21.017.038	4.714.827	20.897.193	4.903.051

	Consolidado			Controladora				
	Jul a Set/18		Jul a S	Jul a Set/17		et/18	Jul a Set/17	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.754.720	848.201	3.644.647	838.360	3.484.798	788.429	3.385.783	779.868
Comercial	788.799	172.803	561.786	145.331	788.799	172.803	561.786	145.331
Rural	480	118	3.660	537	480	118	3.660	537
Subtotal	4.543.999	1.021.122	4.210.093	984.228	4.274.077	961.350	3.951.229	925.736
Fornec. Não Faturado, Líquido	_	19.648	_	(172)		19.800	_	(1.300)
	4.543.999	1.040.770	4.210.093	984.056	4.274.077	981.150	3.951.229	924.436
Suprim. Outras Concessionárias (2)	3.165.067	746.143	3.447.975	859.378	3.165.067	689.574	3.447.975	806.879
Suprimento não Faturado Líquido	-	37.012	-	53.289	-	35.500	-	50.297
	7.709.066	1.823.925	7.658.068	1.896.723	7.439.144	1.706.224	7.399.204	1.781.612

⁽¹⁾ Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.



(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertecentes ao Sistema Nacional Interligado — SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida — RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$11.977 no período de janeiro a setembro de 2018.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período, sendo que a margem de construção é zero e os custos de construção são iguais à receita de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$208.164 (R\$295.749 no período de janeiro a setembro de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.

(g) Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$82.331 (R\$259.516 no período de janeiro a setembro de 2017) referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.



(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Conso	lidado	Contro	ladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Tributos sobre a Receita				
ICMS	411.923	461.999	378.881	434.862
COFINS	466.004	457.844	427.364	422.391
PIS-PASEP	101.165	99.390	92.782	91.696
ISSQN	1.760	1.636	1.763	1.636
	980.852	1.020.869	900.790	950.585
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	13.317	8.795	13.317	8.795
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	113.190	36.209	113.190	36.209
PROINFA	29.620	29.626	29.620	29.626
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.015	11.613	7.133	9.918
Fundo Nacional de Desen. Científico e				
Tecnológico - FNDCT	9.015	11.613	7.133	9.918
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.508	5.807	3.567	4.959
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia				
Elétrica - TFSEE	6.247	10.336	4.977	8.895
Compensação Financ. Pela Utilização de				
Recursos Hídricos - CFURH	33.386	65.136	28.585	60.500
	218.298	179.135	207.522	168.820
	1.199.150	1.200.004	1.108.312	1.119.405

	Consol	idado	Contro	ladora
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Tributos sobre a Receita				
ICMS	140.822	176.897	130.062	166.367
COFINS	164.005	167.406	150.354	154.397
PIS-PASEP	35.622	36.341	32.643	33.519
ISSQN	582	630	585	630
	341.031	381.274	313.644	354.913
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	4.004	9.802	4.004	9.802
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	39.329	4.637	39.329	4.637
PROINFA	10.177	10.049	10.177	10.049
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.538	3.114	1.882	2.514
Fundo Nacional de Desen. Científico e				
Tecnológico - FNDCT	2.538	3.114	1.882	2.514
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.270	1.557	942	1.257
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia				
Elétrica - TFSEE	2.308	2.125	1.908	1.692
Compensação Financ. Pela Utilização de				
Recursos Hídricos - CFURH	7.246	21.355	5.478	19.831
	69.410	55.753	65.602	52.296
	410.441	437.027	379.246	407.209



23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Conso	lidado	Controladora		
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	
Pessoal (a)	239.115	300.528	220.558	291.542	
Participação dos Empregados no Resultado	4.511	5.779	4.511	5.779	
Obrigações Pós-Emprego	53.703	62.389	53.703	62.389	
Materiais	33.069	9.178	31.551	7.880	
Serviços de Terceiros (b)	97.701	96.212	86.601	86.335	
Depreciação e Amortização	109.445	122.951	109.307	122.901	
Provisões (c)	78.059	106.951	78.075	106.935	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	169.376	257.420	142.742	232.259	
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	2.865.752	2.990.677	2.799.647	2.950.140	
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	12.726	11.226	12.726	11.226	
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	72.311	40.762	70.120	39.115	
	3.735.768	4.004.073	3.609.541	3.916.501	

	Consoli	dado	Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Pessoal (a)	74.185	88.963	68.123	86.314
Participação dos Empregados no Resultado	-	155	-	155
Obrigações Pós-Emprego	17.333	21.637	17.333	21.637
Materiais	28.180	3.396	27.489	2.864
Serviços de Terceiros (b)	35.954	32.422	30.425	29.732
Depreciação e Amortização	36.357	36.618	36.306	36.597
Provisões (c)	38.483	45.544	38.483	45.543
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	43.855	91.364	34.088	82.433
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	1.173.243	1.275.814	1.133.638	1.256.951
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	7.994	4.201	7.994	4.201
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	41.619	13.048	40.267	12.695
	1.497.203	1.613.162	1.434.146	1.579.122

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. No período de janeiro a setembro de 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$6.731, correspondente à adesão de 37 empregados.

No período de janeiro a setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$44.516, correspondente à adesão de 229 empregados.



b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Contro	ladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Comunicação	1.956	2.199	1.889	2.129
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	13.112	12.671	11.667	9.498
Conservação e Limpeza de Prédios	21.785	20.498	17.608	17.350
Mão de Obra Contratada	6.659	3.065	6.659	3.065
Fretes e Passagens	1.647	1.859	1.645	1.852
Hospedagem e Alimentação	2.267	2.426	2.242	2.311
Vigilância	7.907	9.125	6.490	7.872
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	492	396	448	383
Tecnologia da Informação	6.713	6.756	5.611	6.749
Manutenção e Conservação de Veículos	219	147	198	133
Energia Elétrica	3.306	3.336	3.028	3.099
Meio Ambiente	5.353	8.390	4.084	7.557
Limpeza de Faixas	3.237	1.607	3.237	1.568
Serviços de Reprografia	964	923	906	895
Serviços advocatícios e Custas Processuais	2.716	3.498	2.714	3.487
Outros	19.368	19.316	18.175	18.387
	97.701	96.212	86.601	86.335

	Consolidado		Contro	adora
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Comunicação	636	574	601	550
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.753	4.211	4.844	3.525
Conservação e Limpeza de Prédios	7.335	8.159	5.902	7.270
Mão de Obra Contratada	2.267	1.130	2.267	1.130
Fretes e Passagens	588	774	587	772
Hospedagem e Alimentação	820	825	813	804
Vigilância	2.692	3.056	2.265	2.641
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	208	115	190	111
Tecnologia da Informação	2.424	1.131	1.997	1.131
Manutenção e Conservação de Veículos	63	41	55	37
Energia Elétrica	1.346	985	1.220	971
Meio Ambiente	2.439	1.489	1.912	1.389
Limpeza de Faixas	1.082	873	1.082	866
Serviços de Reprografia	427	347	402	324
Serviços advocatícios e Custas Processuais	834	1.582	832	1.571
Outros	6.040	7.130	5.456	6.640
	35.954	32.422	30.425	29.732

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Conso	lidado	Controladora	
	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	138	16.257	138	16.257
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	454	-	454	-
Provisão (reversão) para Contingências				
Trabalhistas	13.968	15.980	13.984	15.964
Cíveis	(52)	(193)	(52)	(193)
Tributárias	(2.959)	(746)	(2.959)	(746)
Regulatórias	239	2.563	239	2.563
Ambientais	27	-	27	-
Outras	3.653	5.125	3.653	5.125
	14.876	22.729	14.892	22.713
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 26)	62.591	67.965	62.591	67.965
	78.059	106.951	78.075	106.935



	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (reversão)	(14)	16.257	(14)	16.257
Provisão (reversão) para Contingências				
Trabalhistas	1.571	1.241	1.571	1.240
Cíveis	5	(224)	5	(224)
Tributárias	(2.619)	805	(2.619)	805
Regulatórias	102	37	102	41
Outras	1.453	1.065	1.453	1.061
	512	2.924	512	2.923
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 26)	37.985	26.363	37.985	26.363
	38.483	45.544	38.483	45.543

⁽¹⁾ A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consc	Consolidado		oladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Energia de curto prazo - CCEE	140.239	31.933	110.085	20.507
Energia adquirida no Ambiente Livre	2.960.760	3.190.282	2.959.309	3.190.282
Contratos Bilaterais	39.599	32.263	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(274.846)	(263.801)	(269.747)	(260.649)
	2.865.752	2.990.677	2.799.647	2.950.140

	Consol	idado	Controladora		
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17	
Energia de curto prazo - CCEE	85.494	(7.455)	64.109	4.525	
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.181.670	1.366.030	1.181.670	1.366.030	
Contratos Bilaterais	21.915	32.263	-	-	
Créditos de PASEP/COFINS	(115.836)	(115.024)	(112.141)	(113.604)	
	1.173.243	1.275.814	1.133.638	1.256.951	

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Conso	Consolidado		ladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Pessoal	4.293	676	4.293	676
Materiais	1.071	6.129	1.071	6.129
Serviços de Terceiros	8.146	4.844	8.146	4.844
Outros	(784)	(423)	(784)	(423)
	12.726	11.226	12.726	11.226

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Pessoal	1.910	111	1910	111
Materiais	61	2.388	61	2388
Serviços de Terceiros	5.940	1.583	5.940	1583
Outros	83	119	83	119
	7.994	4.201	7.994	4.201



f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Conso	Consolidado		ladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Arrendamentos e Aluguéis	17.492	14.319	17.005	13.851
Propaganda e Publicidade	428	1.553	408	1.553
Subvenções e Doações	1.887	1.536	1.017	853
Despesa Concessão Onerosa	2.068	2.264	2.068	2.264
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.064	1.501	889	1.300
Anuidade CCEE	3.005	3.008	3.005	3.008
Seguros	2.318	2.464	2.317	2.464
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.530	1.847	1.530	1.847
FORLUZ – Custeio Administrativo	4.946	4.356	4.946	4.356
Baixas (1)	26.999	-	26.999	-
Outros	10.574	7.914	9.936	7.619
	72.311	40.762	70.120	39.115

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Arrendamentos e Aluguéis	5.999	7.014	5.827	6.847
Propaganda e Publicidade	21	1.466	20	1.466
Subvenções e Doações	1.210	375	340	374
Despesa Concessão Onerosa	622	735	622	735
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	451	568	360	468
Anuidade CCEE	926	1.017	926	1.017
Seguros	604	573	604	573
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.218	151	1.218	151
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.489	1.459	1.489	1.459
Baixas (1)	26.999	-	26.999	-
Outros	2.080	(310)	1.862	(395)
	41.619	13.048	40.267	12.695

⁽¹⁾ Baixa do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consc	olidado	Control	adora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	48.311	51.787	40.129	30.587
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	9.040	6.830	5.209	5.613
Variação Monetária	9.377	8.499	9.187	8.499
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	8.849	14.650	8.849	14.650
Rendas de Antecipação de Pagamento	18.819	41.011	15.606	40.620
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(6.427)	(5.515)	(5.925)	(4.802)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	322.847	-	322.847	-
Outras	48.533	3.317	48.454	3.307
	459.349	120.579	444.356	98.474
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(640.747)	(727.098)	(640.747)	(727.098)
Amortização do custo de transação	(16.764)	(23.115)	(16.764)	(23.115)
Variação Monetária – Forluz	(12.108)	(10.953)	(12.108)	(10.953)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(36.215)	(25.888)	(36.215)	(25.888)
Variações Monetárias	(9.789)	(9.109)	(9.579)	(8.963)
Variações Cambiais de empréstimos e				
financiamentos	(774.340)	(659)	(774.340)	(659)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(7.373)	(37.666)	(7.373)	(37.666)
Outras	(8.095)	(14.968)	(6.629)	(14.841)
	(1.505.431)	(849.456)	(1.503.755)	(849.183)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.046.082)	(728.877)	(1.059.399)	(750.709)



	Consol	idado	Control	ladora
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	29.093	11.446	27.230	8.390
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	3.131	1.714	1.699	1.324
Variação Monetária	2.139	4.389	2.127	4.389
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	3.227	5.908	3.227	5.908
Rendas de Antecipação de Pagamento	6.969	13.252	6.319	12.863
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(3.050)	(1.682)	(2.914)	(1.565)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	142.418	-	142.418	-
Outras	22.108	793	22.067	792
	206.035	35.820	202.173	32.101
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(235.010)	(201.071)	(235.010)	(201.071)
Amortização do custo de transação	(7.261)	(5.424)	(7.261)	(5.424)
Variação Monetária – Forluz	(4.604)	(2.810)	(4.604)	(2.810)
Variação Monetária – Empréstimos e				
Financiamentos	(14.488)	(1.994)	(14.488)	(1.994)
Variações Monetárias	(3.236)	(2.982)	(3.158)	(2.924)
Variações Cambiais de empréstimos e				
financiamentos	(225.987)	52	(225.987)	52
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(1.962)	(12.986)	(1.962)	(12.986)
Outras	(4.297)	(4.119)	(4.272)	(4.020)
	(496.845)	(231.334)	(496.742)	(231.177)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(290.810)	(195.514)	(294.569)	(199.076)



25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIV		!	SIVO		EITA	DESP	
EMI RESAS	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante ICMS – antecipação (1)	55.950				96		_	
icivis – antecipação (1)	33.330				30			
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	257	2.768	-	-	(798)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Não Circulante	_		364.230	564.230		-	_	
Mútuo Partes Relacionadas (3)	400.494	_	-	-	494	-	-	_
matao i artes nelacionadas (5)	1001131				.5.			
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante	2.073		22.625	40.162	54.180	18.213	(FFF 707)	(204 247)
Operações com Energia Elétrica (4) Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	19.386	49.048	22.625	40.162	6.127	653	(555.797)	(384.217)
Não Circulante	15.500	45.040			0.127	033		
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	-	5.084	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante			7.400		470	250	(67.574)	(57.440)
Operações com Energia Elétrica (4) Prestação de Serviço (6)	1.483	1.657	7.498	-	472 8.555	359 9.471	(67.571)	(57.443)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.483	72.315	-	-	8.335	9.4/1		-
Jaros sobre capital i Toprio e Dividendos		72.515						
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	130	130	-	-	12.078	5.680	-	-
Baguari Energia Circulante								
Prestação de Serviço (6)	277	211	_	-	669	646	_	_
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.558	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante			4.054				(4.5.500)	(45.400)
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.864	-	-	-	(16.592)	(15.188)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	1.296	-	-	-	-	-	(1.203)	(975)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)			1.706	-			(14.385)	(12.064)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	(14.505)	(12.004)
Central Eólica Praia de Parajuru								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	7.793	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	3.083	1.744	_	-	(87.944)	(140.771)
Não Circulante							(/	(- ,
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	85.277	-	-	-	4.785	38.162	-	-
Contas a receber (8)	434.937	350.200	-	-	27.183	-	-	-
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de	54.004				54.004			
energia (9)	51.984	-	-	-	51.984	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
(EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	230	725	-	-	(2.754)	(7.383)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante Operações com Energia Elétrica (4)	_		22	46			(203)	(427)
Prestação de Serviço (6)	90	90	-	40	956	953	(203)	(427)
	30	50			330	555		
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	460	1.128	403	404	38.187	38.203	(22)	(522)
TAESA								
TAESA Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-		1.474	3.605	34	33	(14.722)	(31.352)
Prestação de Serviço (6)	172	404	-	-	424	667	(122)	(32.332)



EMPRESAS	AT	vo	PAS	SIVO	RECI	EITA	DES	PESA
EMPRESAS	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	-	-	-	5.132	(663)	-
Operações com Energia Elétrica (4)	22.546	22.212	981	3.263	184.921	151.266	(19.060)	(31.452)
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (10)	631.752		-		1.752	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	98.081	214.663	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	412.231	447.073	-	-	6.451	367	-	
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota 17)	(2.381)	(12.405)	-	-	-	-	-	
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	68.083	14.659	-	-	-	-	-	
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	27.308	24.632	-	-	(30.449)	(27.927)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (12)			_			_	(14.191)	(16.016)
Custeio Administrativo (13)							(4.946)	(4.356)
Arrendamento Operacional (14)	_	_	370	1.391	-	_	(9.633)	(12.703)
Não Circulante							(0.000)	(==)
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	409.121	411.270	-	-		
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	26.805	25.822	-	-	(30.761)	(30.391)
Não Circulante				0.022			(501102)	(00.002)
Plano de Saúde e odontológico (15)	_	-	392.348	338.673	-	-	-	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 8);
- (2) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (3) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000. Sua liquidação ocorrerá em parcela única em dezembro de 2019, acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas;
- (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de janeiro a outubro de 2019, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip. As antecipações de pagamentos possuem garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (8) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$435 milhões, a ser liquidado em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (9) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à Renova, suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018 e definindo o cálculo de eventuais compensações financeiras para a Companhia. O montante total será liquidado em parcela única em janeiro de 2019 e atualizada pela variação de 155% do CDI. Em 30 de setembro de 2018, o valor a ser ressarcido pela Renova como indenização pela suspensão do fornecimento de energia do período de julho a setembro de 2018 é de R\$51.984. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (10) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig D no montante de R\$630.000 a ser liquidado em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, acrescidas de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinada pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de vigência do contrato:
- (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (12) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (13) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (14) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (15) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).



Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2018, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

		Candiañas			30/09/2018	31/12/2017			
Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 19,60%	Demais controladas 3,17% (1)	Total (consolidado) 22,77%	Cemig GT 26,85%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 35,17%
ETAU	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	2.006	324	2.330	2.706	838	3.544
	Nota								
LIGHT	Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	1.376	223	1.599	5.375	1.666	7.041
	Nota								
CEMIG D	Promissória	151% do CDI	24/10/2019	10.186	1648	11.834			
				13.568	2.195	15.763	8.081	2.504	10.585

⁽¹⁾ Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Remuneração	3.150	2.094
Participação nos Resultados	555	-
Benefícios Assistenciais	445	177
	4.150	2.271



26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Niówal	30 de setembro	de 2018	31 de dezembro de 2017		
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos						
Custo amortizado (1)						
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	845.224	845.224	398.639	398.639	
Títulos e Valores Mobiliários	2	69.743	69.743	21.291	21.292	
Consumidores, Revendedores e Concessionários	2					
Transporte de Energia	2	947.195	947.195	939.640	939.640	
Fundos Vinculados	2	19.657	19.657	18.344	18.34	
Adiantamentos a Fornecedores	2	130.233	130.233	103.998	103.99	
Valores a receber de partes relacionadas	2	1.520.099	1.520.099	351.709	351.70	
Depósitos Vinculados a Litígios	2	340.821	340.821	309.994	309.99	
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.396.907	2.396.907	2.337.135	2.337.13	
		6.269.879	6.269.879	4.480.750	4.480.750	
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e Valores Mobiliários						
Certificados de Depósitos Bancários	2		-	1.214	1.214	
Letras Financeiras – Bancos	2	177.719	177.719	142.881	142.88	
Letras Financeiras do Tesouro	1	226.356	226.356	364.561	364.56	
Debêntures	2	4.177	4.177	5.675	5.67	
		408.252	408.252	514.331	514.33	
Instrumentos financeiros derivativos (operações de				32332	0200	
Swap)	3	273.636	273.636	8.649	8.64	
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos				0.0.0		
Remunerados por tarifa	3	557.960	557.960	547.800	547.80	
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.817.663	1.817.663	1.928.038	1.928.038	
Indenizações a Receber – Geração	3	816.734	816.734	1.900.757	1.900.75	
		3.874.245	3.874.245	4.899.575	4.899.57	
			10.144.124	9.380.325	9.380.32	
		10.144.124	10.144.124	9.380.325	9.380.32	
Passivos						
Custo amortizado (1)						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(9.369.045)	(9.369.045)	(8.320.163)	(8.320.163	
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(152.092)	(152.092)	(163.049)	(163.049	
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão -	2					
FORLUZ	•	(85.999)	(85.999)	(64.109)	(64.109	
Concessões a Pagar	3	(18.979)	(18.979)	(21.227)	(21.227	
Fornecedores	2	(470.930)	(470.930)	(472.043)	(472.043	
Adiantamento de Clientes	2	(76.042)	(76.042)	(190.758)	(190.758	
		(10.173.087)	(10.173.087)	(9.231.349)	(9.231.349	
Valor justo por meio do resultado		(======,	((0.202.07)	(
Instrumentos financeiros derivativos						
(operações de Swap)	3	_	_	(41.111)	(41.111	
Instrumentos financeiros derivativos				()	/	
(opções de venda)	3	(374.184)	(374.184)	(311.593)	(311.593	
((374.184)	(374.184)	(352.704)	(352.704	
		(10.547.271)	(10.547.271)	(9.584.053)	(9.584.053	

⁽¹⁾ Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.



No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

<u>Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa</u>: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig GT.



<u>Indenizações a Receber – Transmissão</u>: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

<u>Indenizações a Receber – Geração</u>: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

<u>Aplicações Financeiras</u>: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

<u>Instrumentos Financeiros Derivat</u>ivos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia refrem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

<u>Operações de swap</u>: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item "b) Instrumentos Financeiros — Derivativos", desta nota explicativa.

<u>Outros passivos financeiros</u>: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 148,10% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,60% a 2,60%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.



b) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton ("BSM") para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$374.184 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Variação do valor Justo	73.299	73.299
Reversões	(5.334)	(5.334)
Saldo em 30 de setembro de 2017	264.138	264.138
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593	311.593
Variação do valor justo	62.591	62.591
Saldo em 30 de setembro de 2018	374.184	374.184



A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,20% a 9,20% ao ano e volatilidade entre 20% e 80% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$348.825 e R\$415.096, respectivamente.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de setembro de 2018, no montante de R\$322.847, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual.

A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:



Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda Valor Conforme contrato 30/09/2018	não realizado Valor justo 30/09/2018	Ganho/(Perda Valor Conforme contrato 31/12/2017) não realizado Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	821.268	256.898	50.792	(32.462)
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	109.538	16.738		-
					930.806	273.636	50.792	(32.462)

1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI.

Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

2) Em milhares de US\$.

A Companhia utiliza metodologia de marcação à mercado para o instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em setembro de 2018 foi de R\$ 273.636, que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de setembro de 2018, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem valor contratual de R\$930.806, em 30 de setembro de 2018, reforçando a efetividade da estratégia financeira de proteção adotada pela Companhia.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:



Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2018, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Conso	lidado	Controladora	
exposição da companhia as taxas de juros nacionais	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (5)	845.224	398.639	830.964	364.092
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	477.995	535.622	411.446	408.925
Contas a Receber – Renova (nota 25)	486.921	350.200	486.921	350.200
Mútuo com partes relacionadas (nota 25)	1.032.246	-	1.032.246	-
Adiantamentos a Fornecedores	130.233	103.998	118.706	71.975
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 11)	-	1.084.346	-	1.084.346
Fundos Vinculados	19.657	18.344	19.524	18.326
	2.992.276	2.491.149	2.899.807	2.297.864
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 17)	(2.029.261)	(3.745.699)	(2.029.593)	(3.748.634)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 17)	-	(2.359)	-	(2.359)
Adiantamento de Clientes CDI (nota 7)	(76.042)	(147.066)	(76.042)	(147.066)
	(2.105.303)	(3.895.124)	(2.105.635)	(3.898.059)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	886.973	(1.403.975)	794.172	(1.600.195)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2019, a taxa SELIC será de 7,00%. No que se refere aos riscos de redução das taxas de juros, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

	30/09/2018		30/09/2019	
Risco - Redução nas Taxas de juros nacionais Consolidado	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,00%	Cenário Possível -25% SELIC 5,25%	Cenário Remoto -50% SELIC 3,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	845.224	904.390	889.598	874.807
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	477.995	511.455	503.090	494.725
Contas a Receber – Renova (nota 25)	486.921	521.005	512.484	503.963
Mútuo com partes relacionadas (nota 25)	1.032.246	1.104.503	1.086.439	1.068.375
Adiantamento a Fornecedores	130.233	139.349	137.070	134.791
Fundos Vinculados	19.657	21.033	20.689	20.345
	2.992.276	3.201.735	3.149.370	3.097.006
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 17)	(2.029.261)	(2.171.309)	(2.135.797)	(2.100.285)
Adiantamento de Clientes (nota 7)	(76.042)	(81.365)	(80.034)	(78.703)
	(2.105.303)	(2.252.674)	(2.215.831)	(2.178.988)
Ativo Líquido	886.973	949.061	933.539	918.018
Efeito Líg. da Variação das Taxas de Juros		62.088	46.566	31.045



Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

	Cons	olidado	Controladora	
Exposição da companhia à inflação	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.396.907	2.337.135	-	-
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.817.663	1.928.038	1.817.663	1.928.038
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa – IPCA				
(nota 11)	462.989	496.121	462.989	496.121
	4.677.559	4.761.294	2.280.652	2.424.159
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA				
(nota 17)	(1.212.930)	(1.343.545)	(1.212.930)	(1.343.545)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(152.092)	(163.049)	(152.092)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão -				
FORLUZ (nota 19)	(85.999)	(64.109)	(85.999)	(64.109)
	(1.451.021)	(1.570.703)	(1.451.021)	(1.570.703)
Ativo Líquido	3.226.538	3.190.591	829.631	853.456

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2019, a taxa IPCA será de 4,0738%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

	30/09/2018		30/09/2019	09/2019	
Risco - Redução da inflação Consolidado	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,0738%	Cenário Possível -25% IPCA 3,0554%	Cenário Remoto -50% IPCA 2,0369%	
Ativos					
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.396.907	2.494.552	2.470.142	2.445.730	
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.817.663	1.891.711	1.873.200	1.854.687	
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa – IPCA (nota 11)	462.989	481.850	477.135	472.420	
	4.677.559	4.868.113	4.820.477	4.772.837	
Passivos					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 17)	(1.212.930)	(1.262.342)	(1.249.990)	(1.237.636)	
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(152.092)	(158.288)	(156.739)	(155.190)	
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ					
(nota 19)	(85.999)	(89.502)	(88.627)	(87.751)	
	(1.451.021)	(1.510.132)	(1.495.356)	(1.480.577)	
Ativo Líquido	3.226.538	3.357.981	3.325.121	3.292.260	
Efeito Líquido da Variação da inflação		131.443	98.583	65.722	



Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

		Consolidado e Controladora				
Exposição às taxas de câmbio	30/09	/2018	31/12/2017			
exposição as taxas de cambio	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$		
Dólar Norte-Americano						
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.551.170	6.210.730	1.007.785	3.333.149		
Euro						
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	581	2.702	1.105	4.383		
Passivo Líquido Exposto	1.551.751	6.213.432	1.008.890	3.337.532		

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2019, será uma redução de 6,19% para o dólar (R\$3,7560) e uma redução de 7,20% para o Euro (R\$4,3194). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

	30/09/2018		30/09/2019	
Risco - Exposições cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 3,7560 Euro 4,3194	Cenário +25% Dólar 4,6950 Euro 5,3993	Cenário +50% Dólar 5,6340 Euro 6,4791
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	6.210.730	5.826.195	7.282.744	8.739.292
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.702	2.507	3.134	3.761
Passivo Líquido Exposto	6.213.432	5.828.702	7.285.878	8.743.053
Efeito Líquido da Variação Cambial		(384.730)	1.072.446	2.529.621

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico "Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.



A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos ratings da Companhia podem ter como consequencia uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dividas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e préfixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e						
Debêntures	7.984	1.142.377	880.781	4.678.519	7.317.162	14.026.823
Concessões a pagar	203	401	1.828	8.304	14.637	25.373
Dívida Pactuada com Fundo de						
Pensão (FORLUZ)	2.600	5.219	23.945	142.254	29.949	203.967
Equacionamento de Déficit do						
Fundo de Pensão (FORLUZ)	797	1.601	7.340	43.585	115.307	168.630
	11.584	1.149.598	913.894	4.872.662	7.477.055	14.424.793
Pré-fixadas						
Fornecedores	466.840	4.090	-	-	-	470.930
	478.424	1.153.688	913.894	4.872.662	7.477.055	14.895.723



Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$21.761.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

- 1. Rating de agências de riscos;
- 2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
- 3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:



Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
В	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

⁽¹⁾ o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

- 1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
- 2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva ("covenant") referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de "cross default".

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consc	Consolidado		ladora
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Total do Passivo	12.510.654	11.916.796	12.381.138	11.784.433
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(845.622)	(403.339)	(831.286)	(366.169)
Passivo Líquido	11.665.032	11.513.457	11.549.852	11.418.264
Total do Patrimônio Líquido	4.799.069	4.793.832	4.799.069	4.793.832
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,43	2,40	2,41	2,38



27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração.

As informações por segmento referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 d	e setembro de 2018	
DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.536.038	2.773.685	17.309.723
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.609.463	-	4.609.463
ADIÇÕES AO SEGMENTO	210.982	-	210.982
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	12.726	12.726
RECEITA LÍQUIDA	4.643.197	478.258	5.121.455
CUSTOS CONA ENEDOJA ELÉTRICA			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(2.005.752)		(2.055.752)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.865.752)	-	(2.865.752)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(169.376)		(169.376)
	(3.035.128)	-	(3.035.128)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(162.528)	(76.587)	(239.115)
Participação dos Empregados no Resultado	(2.934)	(1.577)	(4.511)
Obrigações Pós Emprego	(33.817)	(19.886)	(53.703)
Materiais	(30.102)	(2.967)	(33.069)
Serviços de Terceiros	(69.655)	(28.046)	(97.701)
Depreciação e Amortização	(109.445)	-	(109.445)
Provisões	(73.962)	(4.097)	(78.059)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(12.726)	(12.726)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(60.796)	(11.515)	(72.311)
	(543.239)	(157.401)	(700.640)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.578.367)	(157.401)	(3.735.768)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(250.755)	-	(250.755)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	814.075	320.857	1.134.932
Receitas Financeiras	435.035	24.314	459.349
Despesas Financeiras	(1.501.737)	(3.694)	(1.505.431)
Despesas i maneemas	(1.301.737)	(3.034)	(1.505.451)
Resultado antes do IR e CSLL	(252.627)	341.477	88.850
Imposto de Renda e Contribuição Social	461	(84.074)	(83.613)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(252.166)	257.403	5.237



CONSOLIDADO	30 de setembro de 2017			
CONSOLIDADO	Geração	Transmissão	Total	
ATIVO	13.954.975	2.476.571	16.431.546	
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.169.532	-	5.169.532	
ADIÇÕES AO SEGMENTO	249.001	-	249.001	
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	11.226	11.226	
RECEITA LÍQUIDA	5.169.270	547.179	5.716.449	
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.990.677)	-	(2.990.677)	
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(257.158)	(262)	(257.420)	
	(3.247.835)	(262)	(3.248.097)	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			-	
Pessoal	(216.506)	(84.022)	(300.528)	
Participação dos Empregados no Resultado	(3.908)	(1.871)	(5.779)	
Obrigações Pós Emprego	(42.539)	(19.850)	(62.389)	
Materiais	(7.068)	(2.110)	(9.178)	
Serviços de Terceiros	(74.934)	(21.278)	(96.212)	
Depreciação e Amortização	(122.951)	-	(122.951)	
Provisões	(97.803)	(9.148)	(106.951)	
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(11.226)	(11.226)	
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(34.212)	(6.550)	(40.762)	
	(599.921)	(156.055)	(755.976)	
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.847.756)	(156.317)	(4.004.073)	
COSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.047.730)	(150.517)	(4.004.073)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(157.710)	-	(157.710)	
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.163.804	390.862	1.554.666	
Receitas Financeiras	115.566	5.013	120.579	
Despesas Financeiras	(847.570)	(1.886)	(849.456)	
Resultado antes do IR e CSLL	431.800	393.989	825.789	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(180.049)	(120.333)	(300.382)	
print in the continuous and cont	(200.010)	(120.000)	(555.562)	



28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação do Pagamento de Dívidas

Em 06 de novembro de 2018, a Companhia realizou a recompra de 24.565 debêntures de sua 5ª emissão, no valor de R\$132 milhões, com o objetivo de reduzir seu endividamento, melhorar sua rentabilidade e aprimorar sua qualidade de crédito.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

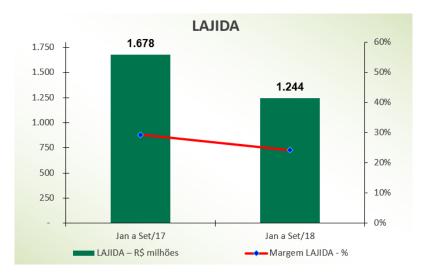
A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro de 2018, um lucro líquido de R\$5.237 em comparação ao lucro líquido de R\$525.407 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas informações contábeis intermediárias.

Ressalta-se que o lucro líquido do período de janeiro a setembro de 2018 foi significativamente afetado pela despesa de R\$773.700, referente aos efeitos das variações cambiais incidentes sobre a dívida captada no mercado internacional (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada a esse empréstimo, no montante de R\$322.847.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 25,82% no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017, conforme segue:

LAJIDA	Jan a Set 2018	Jan a Set 2017	Var %
Lucro líquido do período	5.237	525.407	(99,00)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	83.613	300.382	(72,16)
+ Resultado Financeiro Líquido	1.046.082	728.877	43,52
+ Amortização e Depreciação	109.445	122.951	(10,98)
= LAJIDA	1.244.377	1.677.617	(25,82)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017, deve-se, principalmente, à redução de 10,41% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 6,57%, excluindo as despesas de depreciação e amortização. A margem do LAJIDA passou de 29,35% no período de janeiro a setembro de 2017 para 24,30% no período de janeiro a setembro de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Set/2018			Jan a Set/2017			
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	
Industrial	10.751.823	2.402.818	223,48	10.710.503	2.479.533	231,50	
Comercial	2.325.050	520.714	223,96	1.620.592	414.045	255,49	
Rural	795	196	246,54	3.660	537	146,72	
Subtotal	13.077.668	2.923.728	223,57	12.334.755	2.894.115	234,63	
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	15.036	-	-	23.399	-	
	13.077.668	2.938.764	-	12.334.755	2.917.514		
Suprim. Outras Concessionárias	8.755.439	2.167.139	247,52	9.225.587	2.334.428	253,04	
Suprim. Não Faturado Líquido		(36.806)	-	-	(21.260)	-	
	21.833.107	5.069.097	233,17	21.560.342	5.230.682	242,51	

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.069.097 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a R\$5.230.682 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 3,09% decorrente, principalmente, da redução de 3,85% no preço médio do MWh da energia faturada para consumidores finais e suprimento a outras concessionárias, parcialmente compensado pelo aumento de 1,27% na quantidade de MWh comercializada.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$443.095 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$327.720 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 35,21%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.



Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2018, os reajustes foram de 2,86% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 4,27% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$168.323 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$520.943 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 67,69%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, sendo que, no primeiro trimestre de 2017, a Companhia reconheceu receitas referentes à energia disponível de Jaguara e Miranda. Em contrapartida, houve um aumento de 10,99% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças — PLD (R\$332,34/MWh no período de janeiro a setembro de 2018 e R\$299,42/MWh no mesmo período de 2017);

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$208.164 no período de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$295.749 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 29,61%. Esta variação decorre, principalmente, do valor de R\$149.255 registrado em 2017, referente à receita registrada de forma retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não haviam sido incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$82.331 (R\$259.516 no mesmo período de 2017) referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 destas Informações contábeis intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.199.150 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$1.200.004 no mesmo período de 2017, apresentando um redução de 0,07%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.



Os encargos referentes à CDE foram de R\$113.190 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$36.209 no mesmo período de 2017.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.735.768 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a R\$4.004.073 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 6,70%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.865.752 no período de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$2.990.677 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 4,18%. Esta variação decorre da redução de 7,00% no volume de energia comprada no período de janeiro a setembro de 2018 (15.448.527 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (16.611.973 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 3,04% no preço médio do MWh (R\$185,50 no período de janeiro a setembro de 2018 e R\$180,03 no mesmo período de 2017).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$239.115 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$300.528 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 20,44%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 11,97% no número médio de empregados, sendo 1.317 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a 1.496 no mesmo período de 2017.
- Menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$6.731 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a R\$44.516 no mesmo período 2017.



Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 13,36%, sendo R\$12.726 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a R\$11.226 no mesmo período de 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$53.703 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a uma despesa de R\$62.389 no mesmo período de 2017, uma redução de 13,92%.

Esta variação decorre principalmente da redução no valor total das obrigações com seguro de vida no quarto trimestre de 2017, em função de alterações no capital segurado, com o consequente efeito nas despesas reconhecidas a partir de janeiro de 2018 decorrente da atualização das obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$78.059 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$106.951 no mesmo período de 2017, uma redução de 27,01% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução da provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que representou uma constituição de R\$138 no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação à constituição de R\$16.257 no mesmo período de 2017;
- Redução das provisões para contingências, que representaram uma constituição de R\$14.876 no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação à constituição de R\$22.729 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de R\$2.012 nas provisões para causas trabalhistas e à redução de R\$2.324 nas provisões para causas regulatórias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$250.755 no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$157.710 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, das perdas verificadas em 2018 referentes às participações na Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.046.082 no período de janeiro a setembro de 2018, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$728.877 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 43,52%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução das rendas de antecipação de pagamento sendo R\$18.819 de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$41.011 no mesmo período de 2017, em função da redução do volume de antecipação de pagamentos a fornecedores em 2018;
- Reconhecimento em 2018 de ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada aos Eurobonds, no valor de R\$322.847. O ajuste a valor justo do hedge tem sido impactado negativamente por uma maior variação na curva futura esperada para o DI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano;
- Despesa de variação cambial no valor de R\$773.700, no período de janeiro a setembro de 2018, relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) em dezembro de 2017 e julho de 2018 nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão), respectivamente;
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$640.747 no período de janeiro a setembro de 2018, comparado a R\$727.098 no mesmo período de 2017, uma redução de 11,88%. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, sendo 4,81% no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a 8,03% no mesmo período de 2017, aliado à redução da dívida indexada ao CDI.
- Redução da despesa de atualização financeira dos adiantamentos de clientes sendo R\$7.373 de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$37.666 no mesmo período de 2017, em função da redução do saldo adiantado em 2018;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2018, despesas com Imposto de renda e contribuição social no montante de R\$83.613 em relação ao lucro de R\$88.850 antes dos efeitos fiscais, representando 94,11% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$300.382 em relação ao lucro de R\$825.789 antes dos efeitos fiscais, representando 36,38% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das informações contábeis intermediárias.



Resultado do Trimestre

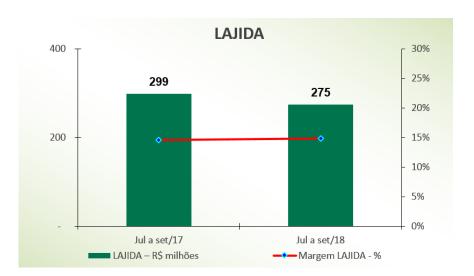
A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2018, um prejuízo de R\$61.651, em comparação ao prejuízo de R\$5.145 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Informações contábeis intermediárias.

Ressalta-se que o lucro líquido do terceiro trimestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa de R\$225.900, referente aos efeitos das variações cambiais incidentes sobre a dívida captada no mercado internacional (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada a esse empréstimo, no montante de R\$142.418.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA Companhia apresentou uma redução de 8,03% no terceiro trimestre de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017, conforme segue:

LAJIDA	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Var %
Resultado do Período	(61.651)	(5.145)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	9.075	71.571	(87,32)
+ Resultado Financeiro Líquido	290.810	195.514	48,74
+ Amortização e Depreciação	36.357	36.618	(0,71)
= LAJIDA	274.591	298.558	(8,03)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017, deve-se, principalmente, à redução de 9,84% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 7,34%, excluindo as despesas de depreciação e amortização. A margem do LAJIDA passou de 14,58% no terceiro trimestre de 2017 para 14,88% no terceiro trimestre de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jul a Set 2018			Jul a Set 2017		
	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ mil	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	3.754.720	848.201	225,90	3.644.647	838.360	230,03
Comercial	788.799	172.803	219,07	561.786	145.331	258,69
Rural	480	118	245,83	3.660	537	146,72
Subtotal	4.543.999	1.021.122	224,72	4.210.093	984.228	233,78
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	19.648	-	-	(172)	-
	4.543.999	1.040.770	-	4.210.093	984.056	
Suprim. Outras Concessionárias	3.165.067	746.143	235,74	3.447.975	859.378	249,24
Suprim. não Faturado Líquido	-	37.012	-	-	53.289	-
	7.709.066	1.823.925	229,25	7.658.068	1.896.723	240,74

⁽¹⁾ O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.823.925 no terceiro trimestre de 2018 em comparação a R\$1.896.723 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 3,84% decorrente, principalmente, da redução de 4,77% no preço médio do MWh da energia faturada para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$148.383 no terceiro trimestre de 2018, comparado a R\$86.320 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 71,90%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.



Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2018, os reajustes foram de 2,86% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 4,27% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$14.172 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$108.868 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 86,98%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista no terceiro trimestre de 2018, devido ao perfil de sazonalização da Companhia. Em contrapartida, houve um aumento de 13,63% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$494,61/MWh no período de julho a setembro de 2018 e R\$435,27/MWh no mesmo período de 2017);

Receita de Indenização da Geração

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$47.868 (R\$259.516 no terceiro trimestre de 2017) referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 destas Informações contábeis intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$410.441 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$437.027 no mesmo período de 2017, apresentando redução de de 6,08%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$39.329 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$4.637 no mesmo período de 2017.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.



Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.497.203 no terceiro trimestre de 2018, em comparação a R\$1.613.162 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 7,19%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.173.243 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$1.275.814 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 8,04%. Esta variação decorre da redução de 12,08% no volume de energia comprada no terceiro trimestre de 2018 (5.999.382 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (6.823.933 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 4,60% no preço médio do MWh (R\$195,56 no terceiro trimestre de 2018 e R\$186,96 no mesmo período de 2017).

Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$74.185 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$88.963 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 16,61%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 7,73% no número médio de empregados, sendo 1.302 no terceiro trimestre de 2018, em comparação a 1.411 no terceiro trimestre de 2017.
- Reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesas com programas de desligamento voluntário no montante de R\$6.900.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento, sendo R\$7.994 no terceiro trimestre de 2018 em comparação a R\$4.201 no mesmo período de 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.



Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$17.333 no terceiro trimestre de 2018 em comparação a uma despesa de R\$21.637 no mesmo período de 2017, uma redução de 19,89%.

Esta variação decorre principalmente da redução no valor total das obrigações com seguro de vida no 4º trimestre de 2017, em função de alterações no capital segurado, com o consequente efeito nas despesas reconhecidas a partir de janeiro de 2018 decorrente da atualização das obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$38.483 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$45.544 no mesmo período de 2017, uma redução de 15,50% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução da provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que representou uma reversão de provisão no montante de R\$14 no terceiro trimestre de 2018, em comparação à constituição de R\$16.257 no mesmo período de 2017;
- Redução das provisões para contingências, que representarem uma constituição de R\$512 no terceiro trimestre de 2018, em comparação à constituição de R\$2.924 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de R\$3.424 nas provisões para causas tributárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$110.343 no período de julho a setembro de 2018 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$172.177 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao ganho de R\$43.143 no terceiro trimestre de 2018, referente às participações na usina de Belo Monte via Amazônia Energia e Aliança Norte.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$290.810 no terceiro trimestre de 2018, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$195.514 no mesmo período de 2017, um aumento de 48,74%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Crescimento da renda de aplicação financeira: R\$29.093 no terceiro trimestre de 2018, comparado a R\$11.446 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de recursos aplicados no terceiro trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017;
- Reconhecimento, no terceiro trimestre de 2018, de ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada aos Eurobonds, no valor de R\$142.418. O ajuste a valor justo do hedge tem sido impactado negativamente por uma maior variação na curva futura esperada para o DI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano;
- Despesa de variação cambial no valor de R\$225.900, no terceiro trimestre de 2018, relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) em dezembro de 2017 e julho de 2018 nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão), respectivamente;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$235.010 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$201.071 no mesmo período de 2017, aumento de 16,88%, decorrente do maior saldo de empréstimos no 3º trimestre de 2018;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2018, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$9.075 em relação ao prejuízo de R\$52.576 antes dos efeitos fiscais, representando 17,26% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71.571 em relação ao lucro de R\$66.426 antes dos efeitos fiscais, representando 107,75% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das informações contábeis intermediárias.



(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Luiz Humberto Fernandes

Diretor Vice-Presidente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José de Araújo Lins Neto

Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa

Diretor Comercial

Daniel Faria Costa

Diretor de Gestão de Participações

Thiago de Azevedo Camargo

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação Neila Maria Barreto Leal

Diretora Jurídica

Ronaldo Gomes de Abreu

Diretoria sem denominação específica

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretora de Gestão de Pessoas

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140 **Leonardo Felipe Mesquita** Gerente de Contabilidade

Contador – CRC-MG 85.260



Edifício Phelps Offices Towers

Rua Antônio de Albuquerque, 156

11° andar - Savassi

30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil

Tel: +55 31 3232-2100 Fax: +55 31 3232-2106

ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Cemig Geração e Transmissão S.A.** Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 12 às informações contábeis intermediárias encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 12 às informações contábeis intermediárias, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de setembro de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.



Belo Horizonte (MG), 14 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva Contadora CRC-1BA022650/O-0